

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**CENSURA E IMPRENSA NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA:
O GOLPE DE ESTADO CHILENO PELAS PÁGINAS DO CORREIO DO POVO E
ZERO HORA (SETEMBRO DE 1973)**

GABRIEL BANDEIRA ANTONIOLLI

Porto Alegre

2010

**CENSURA E IMPRENSA NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA:
O GOLPE DE ESTADO CHILENO PELAS PÁGINAS DO CORREIO DO POVO E
ZERO HORA (SETEMBRO DE 1973)**

**Trabalho de conclusão do curso de
Licenciatura em História da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como
requisito parcial para a obtenção do título de
licenciado em História.**

Orientador: Prof. Adolar Koch

GABRIEL BANDEIRA ANTONIOLLI

**Porto Alegre
2010**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Jorge e Marisa, por terem me possibilitado, com muito sacrifício e dedicação na busca por meu crescimento intelectual e aprendizagem desde criança, que pudesse chegar à universidade pública.

Agradeço ao meu irmão, João Victor, com o qual espero ter a satisfação de me graduar em História junto, pelo companheirismo e apoio nesses já dez anos longe de casa.

À minha noiva (e em breve esposa) Flavia, pelo amor incondicional e convivência maravilhosa. O que se estende à sua família como um todo, que me receberam tão bem, que me considero já parte dela.

Aos meus amigos, alguns já de longa data, outros nem tanto, mas que possuem importância fundamental na minha vida.

Agradeço também aos professores com que tive contato na minha vida acadêmica, principalmente ao prof. Adolar Koch, por ter me orientado nesta monografia, e aos colegas de UFRGS que tornaram esses anos bastante agradáveis, pelas tantas trocas de experiência e sempre constante camaradagem.

RESUMO

A presente monografia aborda a questão da censura durante a ditadura militar brasileira, tendo como fonte os jornais gaúchos Correio do Povo e Zero Hora e sua cobertura jornalística a respeito do golpe de estado ocorrido no Chile em 11 de setembro de 1973. Para tanto, o recorte temporal estabelecido foi o mês de setembro de 1973, onde se busca identificar as possibilidades de publicação de notícias por parte dos referidos periódicos, dentro de um contexto de forte censura e repressão no Brasil. Através da verificação de assuntos considerados pelos órgãos responsáveis pela censura no governo brasileiro como proibidos para divulgação na imprensa, podemos identificar que os mesmos temas foram abordados por ambos os jornais ao se referirem ao país vizinho. Como forma de realizar esta proposta, foi verificada bibliografia a respeito do regime militar brasileiro e chileno, das relações entre história e imprensa, da censura, do histórico dos diários escolhidos e do trabalho com jornais como fonte de conhecimento histórico. Foram consultados autores como Fico, Aquino, Capelato, Smith, Orlandi, Caparelli, entre outros.

Palavras-Chave: censura, ditadura, grande imprensa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 REGIMES MILITARES DO BRASIL E DO CHILE.....	11
1.1 REGIME MILITAR BRASILEIRO.....	11
1.1.1 A Grande Imprensa na Ditadura Brasileira.....	15
1.2 REGIME MILITAR CHILENO.....	16
1.3 SEMELHANÇAS ENTRE OS REGIMES DO BRASIL E DO CHILE.....	19
2 A CENSURA NO REGIME MILITAR BRASILEIRO.....	21
3 A COBERTURA DO GOLPE CHILENO NO CORREIO DO POVO E NA ZERO HORA.....	27
3.1 SOBRE CORREIO DO POVO E ZERO HORA.....	27
3.1.1 Correio do Povo e Cia. Jornalística Caldas Júnior.....	27
3.1.2 Zero Hora e Grupo RBS.....	29
3.2 A COBERTURA DOS ANTECEDENTES DO GOLPE (1º A 11 DE SETEMBRO DE 1973).....	32
3.3 A COBERTURA DO GOLPE (12 A 18 DE SETEMBRO DE 1973).....	34
3.4 A COBERTURA DO PÓS-GOLPE (19 A 30 DE SETEMBRO DE 1973).....	38
3.5 ESPAÇOS DE OPINIÃO E MATÉRIAS ASSINADAS.....	42
3.5.1 “Serenidade Ante a Tragédia”: Editoriais e Artigos Assinados no Correio do Povo.....	42
3.5.2 “Junta Militar Manobra no Topo de uma Montanha Explosiva”: Comentários na Zero Hora.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

11 de setembro. Ao lembrarmos esta data nos vêm logo à mente a destruição das Torres Gêmeas na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos, ocorrido em 2001. Basta um simples acesso ao buscador Google na internet e veremos que os primeiros resultados referem-se somente a este acontecimento. Porém, em 1973 ocorre também um evento onde destruição, incêndio e mortes estiveram presentes, tal qual o caso estadunidense. Trata-se do ataque ao Palácio de la Moneda, sede do governo do Chile, localizado na capital Santiago. Nesta ocasião, as Forças Armadas chilenas põem fim ao governo democraticamente eleito do presidente Salvador Allende com um golpe de estado militar, fato nada estranho na política latino-americana, com o agravante que, desta vez, o governante deposto deixou o palácio sem vida. Mesmo sob forte bombardeio e com poucos homens a defendê-lo, Allende decide resistir até o fim e acaba optando por um sacrifício final quando as tropas golpistas já estavam às portas de seu gabinete. Como saldo, temos um sangrento fim para a chamada “via chilena para o socialismo” e a instauração de uma brutal ditadura, que perdurará até o final da década de 1980.

Nesta época, a presença de militares no poder já era familiar aos brasileiros. Desde 1964, vivíamos sob os governos dos generais-presidentes. Prisões, torturas e assassinatos estiveram presentes em nossa realidade, principalmente após 1968, quando o regime se recrudescer. Da mesma forma, como não poderia faltar em um governo de tal natureza, a censura aos meios de comunicação foi amplamente realizada. Críticas ao regime e a divulgação da existência da repressão política não eram permitidas, bem como qualquer menção à sua natureza ilegítima, uma vez que o governo constitucionalmente empossado de João Goulart havia sido deposto pelas armas. Foi característica da censura brasileira a divulgação por parte do Governo aos órgãos de imprensa de ordens com a proibição de publicação de determinados assuntos e notícias.

Apesar da proximidade ideológica entre os regimes militares do Brasil e do Chile, verifica-se uma falta de bibliografia pertinente à cobertura do golpe chileno pela imprensa gaúcha e suas implicações. Tendo em vista tal panorama e as semelhanças entre a ditadura militar recém instaurada no Chile com a já estabelecida no Brasil, este estudo tem por objetivo analisar a forma pela qual o referido golpe de estado militar chileno foi noticiado pelos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*. Como foi possível publicar os acontecimentos do país vizinho, sendo que vivíamos em uma realidade tão semelhante? Com relação aos temas proibidos, qual a postura adotada pelos diários? Que limitações a censura impôs à cobertura jornalística desses fatos? Houve por parte dos órgãos analisados alguma tentativa de burlar as proibições impostas pelos censores? Mediante a análise das notícias publicadas por ambos os periódicos este trabalho busca elucidar estas e outras questões.

Como forma de realizar esta proposta foram verificadas todas as edições disponíveis do mês de setembro de 1973 dos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*¹, encontradas no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre/RS. Este recorte temporal justifica-se na medida em que permite observar o evento escolhido num todo, com as agitações pré-golpe (do dia primeiro até o dia onze), o próprio golpe e seu desenrolar (com início do noticiário no dia 12 até o dia dezoito), além dos momentos do começo da institucionalização da Junta Militar no Chile (do dia dezoito até o último dia do mês). No *Correio do Povo*, não foi possível encontrarmos as edições dos dias 03, 08, 10, 17 e 24. Com relação à *Zero Hora*, a mesma situação ocorreu para os dias 07, 16, 17 e 24.

A escolha dos dois periódicos deve-se ao fato de que se já se tratavam à época de jornais de grande tiragem e circulação no Rio Grande do Sul. Não se localizaram dados relativos ao ano de 1973, porém, estimativas referentes a 1975, apontam que a tiragem de ambos chegava a 100 mil exemplares/dia, sendo o *Correio do Povo* responsável por 60 mil jornais e a *Zero Hora* pelos 40 mil restantes.² Se partirmos para uma análise com os dados dos conglomerados pertencentes às empresas Caldas Jr. e RBS, temos para o ano de 1976 impressionantes 80% do total de circulação de jornais em Porto Alegre e pouco menos no Rio Grande do Sul.³

¹ A partir deste momento, em alguns casos será utilizada a sigla CP para *Correio do Povo* e ZH para *Zero Hora*.

² IBGE, material publicitário das empresas, apud RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993, p. 111.

³ CAPARELLI, 1976, apud BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 54.

Quanto à análise das fontes, se optou por trabalhar somente com os elementos textuais dos jornais, sem se deter com outras manifestações, como fotografias ou charges, por exemplo. Embora se saiba da importância destas demais fontes para a compreensão de determinado objeto histórico, a escolha se deve ao fato desta pesquisa fazer uso, para compreensão de seus objetivos, das proibições determinadas por parte da censura, as quais se davam por definições de temas e assuntos não permitidos de serem noticiados, e de buscar identificar práticas por parte dos periódicos para publicação dessas questões de forma a não serem enquadrados pelos censores.

Inicialmente vista com suspeita, sendo utilizada apenas como fonte adicional a outros tipos de documentação, já há algumas décadas a imprensa vem sendo largamente aceita e utilizada pelos historiadores. Para Maria Helena Capelato, trata-se de “manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado”, pois “a imprensa registra, comenta e participa da história”.⁴ Na obra *O Bravo Matutino*, sobre o jornal *O Estado de São Paulo*, a autora, em co-autoria com Maria Lígia Prado, afirma que

[...] a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.⁵

Christa Berger, em *Campos e Confrontos*, livro em que analisa o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) nas páginas de *Zero Hora*, sustenta que o discurso jornalístico “está entranhado de historicidade”.⁶ Ao interpretar o presente e veicular várias vozes constitutivas deste presente explicita que faz parte de um determinado tempo histórico. Sobre o jornal como objeto de estudo, indica que o mesmo “deve ser encarado como um sujeito – tem personalidade jurídica, um estatuto e uma razão social que garantem sua individualização ante o direito e ante terceiros”.⁷

Já, com respeito à utilização do jornal enquanto fonte, Elmir aponta alguns aspectos, como a importância da regularidade de determinada ideia para que se possa “distinguir entre aquilo que é significativo para a compreensão do nosso objetivo daquilo que é fortuito,

⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 13.

⁵ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: O Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980, p. 19.

⁶ BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 44.

⁷ Idem, *Ibidem*, p. 45.

casual”, o que é possível somente com o “acesso a uma série de discursos que é a condição do estabelecimento da regularidade”.⁸

Como esta pesquisa trabalha com o texto jornalístico, para a realização dos objetivos propostos teve grande importância o método da Análise de Discurso (AD). Segundo Orlandi, a análise de discurso “não está interessada no texto em si como objeto final de sua explicação, mas como uma unidade que lhe permite ter acesso ao discurso”,⁹ afirmando ainda que a AD “não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica”¹⁰. Esta autora defende que para sua aplicação é necessária a construção de um dispositivo da interpretação, cuja característica seria

[...] colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras.¹¹

Da mesma forma, Celi Pinto fornece importante instrumental para sua aplicação, ao afirmar que o mesmo “permite comparar as diversas posições de cada sujeito, as formas que se repetem e que se opõem ao longo do discurso”, devendo o analista “avançar no sentido de identificar a relação estabelecida no interior do discurso com a pluralidade e com as práticas não-discursivas”. A autora afirma ainda a necessidade de observação dos sujeitos gramaticais e dos tempos e modos verbais, com a distinção das vozes ativa e passiva.¹² Este ponto foi importante na realização deste trabalho, pois por muitas vezes foi possível observar que os jornais analisados puderam manifestar alguma crítica a partir da fala de algum entrevistado, ou seja, sem a necessidade de expor-se ao realizar alguma afirmação no corpo do texto de suas matérias, conforme será visto adiante.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro são abordados os regimes militares brasileiro e chileno e suas peculiaridades, além de apontadas questões relativas à grande imprensa na ditadura brasileira. Já o segundo é dedicado especificamente às características da censura durante o período militar no Brasil. Por último, o terceiro capítulo

⁸ ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: Cadernos de Estudos do PPG em História (UFRGS). Porto Alegre: v. 13, 1995, p. 23.

⁹ ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2003, p. 72.

¹⁰ Idem, Ibidem, p. 59.

¹¹ Op. cit.

¹² PINTO, Celi Regina Jardim. Com a palavra o senhor presidente José Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 64.

apresenta uma contextualização dos jornais escolhidos e os resultados da pesquisa a respeito do golpe de estado chileno em suas páginas.

1 REGIMES MILITARES DO BRASIL E DO CHILE

Neste capítulo serão abordadas as questões pertinentes aos regimes militares brasileiro e chileno.

1.1 REGIME MILITAR BRASILEIRO

De ordem superior, fica terminantemente proibida divulgação através de qualquer meio de imprensa, da comunicação de que a Câmara Municipal de Ponta Grossa, Paraná, negou o título de cidadão pontagrossense ao Presidente Médici. (26/6/73)

Em 31 de março de 1964 tem fim o governo do Presidente João Goulart e o início de um período em que o Brasil viveu sob controle de uma ditadura militar, a qual viria a se encerrar somente em 1985. Jango, como era chamado, havia assumido o posto em 1961 depois de inesperada renúncia de Jânio Quadros. Porém, suas políticas trabalhistas de pronto desagradaram os setores mais conservadores da sociedade brasileira, que, quando sua tentativa de buscar apoio junto às massas para suas “reformas de base” ganhava força, optaram por derrubá-lo, apoiados nas Forças Armadas e na “experiência histórica em intervenção política”¹³ por parte do Exército Brasileiro.¹⁴ É importante ressaltar que o golpe de estado foi saudado por ampla camada da população brasileira, que comemoraram a queda de Jango e o fim da “ameaça comunista”. Carlos Fico sustenta que, para a compreensão das razões do golpe, lhe parece

[...] evidente que, em se tratando de um fenômeno complexo, todas as variáveis intervenientes, de natureza macroestrutural ou micrológica, devem ser consideradas. As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipes, o ânimo golpista dos conspiradores, especialmente dos militares – todas são causas que devem ser levadas em conta.¹⁵

¹³ WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (org.). Ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 27.

¹⁴ Para um histórico do intervencionismo político por parte dos militares brasileiros, ver BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano, vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁵ FICO, Carlos. Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 113.

Primeiro entre os presidentes/generais, o governo de Castelo Branco inicia anos de muita turbulência onde o país viveu sob um regime autoritário que visava o total controle da sociedade. Repressão política, censura, torturas e assassinatos estiveram presentes nos governos militares desde o princípio. Uma de suas principais características foi o conflito permanente entre diferentes setores das forças armadas, opondo aqueles que entendiam ser o golpe apenas provisório e já buscavam o retorno da “normalidade” e os que visavam estender a ação golpista, com punições e perseguições políticas mais aprofundadas, a chamada “linha dura”, como distingue Smith:

Considera-se em geral que a divisão básica nas forças militares era a existente entre os partidários da linha dura, identificados com o presidente Médici (1969-74), e a ala mais moderada, identificada com o presidente Castelo Branco (1964-67) ou com o presidente Geisel (1974-79). Esses dois rótulos por vezes são entendidos com referentes a posições quanto a, por exemplo, o grau de repressão considerado necessário ou o nível apropriado de consulta à sociedade civil.¹⁶

Em março de 1967, o principal líder da linha dura, general Arthur da Costa e Silva, assume a presidência. O país assiste a um aumento no nível de repressão, tendo em vista o objetivo de garantir a “segurança nacional”, conforme sustentam Del Priore e Venâncio:

Alegando a ameaça comunista e acentuando uma tendência de endurecimento, que vinha desde o ano anterior – com a eleição do general Costa e Silva em 25 de maio de 1966 –, o governo militar tende a se tornar cada vez mais ditatorial. Nesse contexto é fortalecida a doutrina de segurança nacional, que tornava prioridade entre as forças armadas a luta contra a ameaça interna e não mais a defesa contra inimigos estrangeiros.¹⁷

A respeito da Doutrina de Segurança Nacional, Borges afirma que já estava presente no cenário nacional mesmo antes do golpe, sendo ensinada na Escola Superior de Guerra do Exército Brasileiro não apenas para os militares como também aos civis.¹⁸ A Doutrina, originária dos Estados Unidos¹⁹, porém adaptada para as circunstâncias brasileiras, buscava, “resgatar o desejo secular do Brasil de se tornar uma potência mundial e colocar as Forças

¹⁶ SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 41.

¹⁷ DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. O livro de ouro da História do Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, p. 368.

¹⁸ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano, vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 36.

¹⁹ Sobre o contexto da Doutrina de Segurança Nacional e sua matriz estadunidense, ver WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (org.). Ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 29.

Armadas como defensoras da civilização cristã ocidental contra o comunismo”.²⁰

Com base nas premissas da referida doutrina, a principal forma como os militares identificados com o setor de Costa e Silva passam a endurecer cada vez mais o regime foram os Atos Institucionais. O primeiro (posteriormente chamado de AI-1) foi expedido antes ainda da nomeação de Castelo Branco para presidente, tendo sido promulgado nos dias seguintes à vitória golpista pelo “Comando Supremo da Revolução”, o qual era até aquele momento coordenado por Costa e Silva. Segundo Fico, o AI-2, embora decretado por Castelo, que desejava impedir que militares radicais conquistassem poder político, já demonstra uma vitória parcial da ala da linha-dura, pois permitia ao presidente decretar o fechamento do Congresso Nacional e legislar por decretos-lei, extinguiu os partidos políticos, impôs a eleição indireta do presidente da República, além de renovar a possibilidade de cassação de mandatos parlamentares e suspensão de direitos políticos.²¹ O autor defende ainda que a linha dura após a obtenção de instrumentos como o AI-2 e o AI-5 transformou-se em uma “comunidade ou sistema de segurança”, a qual “amparava-se naquilo que podemos chamar de “pilares básicos” de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura”.²²

Em 13 de dezembro de 1968, o governo do general Costa e Silva promulga aquele que é comumente apontado como a maior demonstração do caráter repressivo da ditadura militar brasileira, o Ato Institucional nº 5. Segundo Chiavenato, “o AI-5 dava tantos poderes ao presidente, aumentando a repressão e a censura à imprensa, que qualquer oposição real tornou-se impossível”.²³ Já Barros, refere-se ao Ato como “a implantação acabada do totalitarismo estatal” e “a ditadura sem qualquer disfarce”, pois ao contrário dos atos anteriores, o AI-5 não vinha com vigência de prazo.²⁴

Quanto aos fatores que levaram à sua implantação, Carlos Fico afirma que uma das principais motivações para o AI-5 foi a insatisfação da linha dura com o desenvolvimento dos

²⁰ SERBIN, 2001, apud BORGES, Nilson. Op. cit.

²¹ FICO, Carlos. Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 74.

²² FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano, vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 190.

²³ CHIAVENATO, Júlio José. O golpe de 64 e a ditadura militar. São Paulo: Moderna, 1994, p. 77.

²⁴ BARROS, Edgard Luiz de. Os governos militares. São Paulo: Contexto, 1991, p. 42.

primeiros Inquiridos Policiais Militares (IPM's)²⁵ e que não se deve compreendê-lo como uma simples reação à escolha da luta armada por alguns setores da esquerda. Para o autor,

[...] havia desde o início do regime militar, a vontade, por parte dos setores mencionados da linha dura, de constituição de um aparato global de controle da sociedade, tanto quanto, aliás, a opção de parte da esquerda pela “luta armada” antecedeu o próprio golpe de 1964. O projeto global de repressão e controle supunha não apenas a espionagem e a polícia política, mas também a censura, a propaganda política e o julgamento sumário de pretensos corruptos.²⁶

Por sua vez, Aquino aponta como estopim para a promulgação do AI-5, o discurso do deputado Márcio Moreira Alves na Câmara instigando a população a boicotar a parada militar de 7 de setembro e as mulheres brasileiras a não namorar militares envolvidos na repressão, o que foi considerado um ultraje pelas Forças Armadas. Como a solicitação para o Congresso Nacional para que levantasse a imunidade parlamentar do deputado permitindo seu julgamento foi negada pelos congressistas, 24 horas depois foi baixado o tão temido Ato Institucional, “conferindo excepcionalidade maior ao presidente, limitando ou extinguindo liberdades democráticas e suspendendo garantias constitucionais.”²⁷

Mecanismos como o AI-5 “levaram à intensificação da repressão e à construção de um Estado terrorista, cuja prática de violação dos direitos humanos foi sistemática, independente da “linha” adotada pelos generais presidentes que estavam no poder”.²⁸ A violência era operada por organizações que atuavam paralelamente ao Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964, como o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), a Operação Bandeirantes (OBAN) e o DOI-CODI, somente para citarmos algumas delas

Com respeito ao governo do general Emílio Garrastazu Médici, ex-chefe do SNI que havia assumido a presidência em 1969, destacado neste trabalho por ser o presidente brasileiro na época do evento analisado, se pode afirmar que foram momentos onde a

²⁵ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano, vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 183.

²⁶ FICO, Carlos. Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 82.

²⁷ AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: EDUSC, 1999, p. 206.

²⁸ WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (org.). Ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 42.

repressão política aos opositores chega ao ápice dentro do regime militar. Chiavenato destaca algumas das principais características de seu governo:

Médici inaugurou o período mais duro da repressão, contra a crescente oposição clandestina [...] Em pouco tempo, porém, os resultados artificiais da sua política de “Segurança e Desenvolvimento” iriam aparecer, demonstrando que a propaganda e a censura encobriam a deteriorização das bases econômicas, enquanto povo e principalmente a classe média alta festejavam a conquista da Copa do Mundo e um consumismo desvairado.²⁹

Lado a lado com a face repressiva do governo Médici estava a ênfase na propaganda. Barros destaca que a imagem de Médici foi “cuidadosamente trabalhada pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (a AERP, uma espécie de Ministério da Propaganda que inicialmente redigiu todos os discursos)”,³⁰ o que possibilitou que fossem definidas, a partir de sua posse, “as diretrizes que norteariam a maior campanha de propaganda política jamais vista no Brasil”.³¹ Foi através dela que divulgou-se e propagou-se a idéia do “milagre econômico”, período em que o Brasil registrou elevados índices de crescimento e consumo.

1.1.1 A Grande Imprensa na Ditadura Brasileira

Com relação à grande imprensa, este trabalho adota o conceito elaborado por Aquino:

Qualifica-se de grande imprensa – e aqui o termo aparece por oposição a uma imprensa de menor porte – os órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência.³²

A autora argumenta ainda que esta parte de uma concepção de informação e de história que oficializa a concessão da palavra aos privilegiados, com produção jornalística direcionada para cobertura de exceção. Por outro lado, a imprensa alternativa visa a socialização do acesso à informação, tendo como protagonista as experiências sociais do homem comum.³³

²⁹ CHIAVENATO, Júlio José. O golpe de 64 e a ditadura militar. São Paulo: Moderna, 1994, p. 78.

³⁰ BARROS, Edgard Luiz de. Os governos militares. São Paulo: Contexto, 1991, p. 58.

³¹ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano, vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 192.

³² AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: EDUSC, 1999, p. 37.

³³ Idem, Ibidem, p. 249.

A participação da grande imprensa na ditadura militar remonta ao período anterior à realização do golpe de estado, uma vez que grande parte dos principais grupos de comunicação esteve ativa na rede conspiratória que viria a derrubar João Goulart³⁴. Porém, Caparelli sustenta que a utilização mais sistemática dos meios de comunicação pelo governo viria apenas após o AI-5, onde o caso mais emblemático é o da Rede Globo de televisão, que se tornou uma espécie de porta-voz do Estado.³⁵ Esta afirmação vem ao encontro de seu entendimento de que “as mídias, como todo aparelho ideológico, são também tributários do momento histórico, principalmente num regime de força”.³⁶

Quanto às características jornalísticas possuídas pela grande imprensa à época da ditadura, Smith aponta que os principais periódicos produziam uma boa cobertura das notícias, possuindo, porém, uma postura convencional e raramente crítica da ordem existente:

A grande imprensa oferecia reportagens gerais, mas pouca investigação independente. Depois de analisar publicações de muitos anos da grande imprensa do período, fica-se com uma sensação de surpresa diante do fato de que tais publicações, destituídas de senso crítico e combatividade, pudessem ser vistas pelo regime militar como uma ameaça e consideradas dignas de censura.³⁷

A autora salienta ainda o destaque conferido à cobertura internacional, “sempre na primeira página” e “quase toda oriunda de agências internacionais”.³⁸

1.2 REGIME MILITAR CHILENO

*O torturador é um funcionário. O ditador é um
funcionário. Burocratas armados, que perdem seu
emprego se não forem eficientes. Isso, e nada mais que
isso. Não são monstros extraordinários. Não vamos dar
essa grandeza de presente a eles.*

Eduardo Galeano

Em 1970, enquanto o Brasil vivia, como já visto, dias de repressão e conservadorismo,

³⁴ Sobre a participação da grande imprensa na queda de Goulart, ver SILVA, Eduardo Gomes. A “grande imprensa e o golpe de 1964. Revista do Livro da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, ano 16, n. 50, maio 2008.

³⁵ CAPARELLI, Sérgio. Ditaduras e indústrias culturais, no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai (1964-1984). Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1989, p. 48.

³⁶ Idem, Ibidem

, p. 46.

³⁷ SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 53.

³⁸ Idem, Ibidem, p. 52.

do outro lado da Cordilheira dos Andes era inaugurada a “via chilena” para o socialismo pela chegada de Salvador Allende à presidência do país. Para Guazzelli,

[...] a vitória da Unidade Popular nas eleições presidenciais de 4 de junho de 1970 deu início a um processo original de transformações sociais visando o socialismo, caracterizado pelo forte engajamento popular ao projeto, pela preservação das instituições democrático-burguesas e acatamento das decisões que dela emanavam, e pelo boicote permanente dos setores dominantes e do imperialismo.³⁹

Nosso país vizinho, ao contrário da maioria das demais repúblicas sul-americanas, possuía longa tradição de democracia, sem a periódica intervenção militar para cortar sua continuidade. Emir Sader saliente ainda a existência de sólidos partidos políticos, como a Democracia Cristã, como uma garantia contra os golpes de estado, além da crescente democratização ocorrida nos últimos 40 anos anteriores à vitória de Allende.⁴⁰

Salvador Allende chegou ao poder após três frustradas candidaturas, derrotando os candidatos identificados com a direita e o centro. Antes, porém, havia sido senador e até Ministro da Saúde do Chile. Venceu as eleições em 1970, à frente de uma coalizão de esquerda intitulada Unidade Popular, formado por amplo leque de alianças, contando com partidos como o Socialista, o Comunista, o Radical e o MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária). Como não atingiu a maioria absoluta, sua eleição precisou, conforme a legislação do país, ser ratificada pelo Congresso Nacional, episódio onde já se verificam investidas golpistas com o objetivo de impedir sua posse por parte dos grupos dominantes chilenos e do imperialismo dos Estados Unidos, representado principalmente pela multinacional *International Telephone & Telegraph* (ITT), temerosa que o governo da Unidade Popular trouxesse eventuais prejuízos aos seus negócios no Chile.⁴¹

Seu programa de governo consistia na realização de transformações de caráter social, onde a nacionalização das riquezas minerais teve papel fundamental. Com sólido apoio de bases sociais, dos sindicatos e dos partidos de esquerda, “procurou desde sua posição no

³⁹ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A Revolução Chilena e a ditadura militar. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (org.). Ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 79.

⁴⁰ SADER, Emir. Democracia e ditadura no Chile. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 9.

⁴¹ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A Revolução Chilena e a ditadura militar. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (org.). Ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 84.

Executivo gerar as condições para a transição ao socialismo”.⁴² Conforme Emir Sader,

[...] o programa estabelecia cinco objetivos fundamentais: criar uma nova ordem institucional, o Estado Popular; construir uma nova economia, baseada em uma área de propriedade social e na reforma agrária; realizar um grande avanço no plano social; promover a cultura e a educação; conseguir a plena autonomia internacional.⁴³

O autor sustenta que a partir de 1972 o plano que levaria ao golpe começa a ser gerido, com a mobilização das camadas médias contra o governo e bloqueios da ação governamental por parte da oposição no Congresso, tudo isto aliado a um trabalho junto à oficialidade das Forças Armadas para trazê-la ao campo golpista, notadamente através de ações terroristas por parte de grupos paramilitares de cunho fascista.⁴⁴

Esta mobilização culmina com a morte de Allende em 11 de setembro de 1973, quando as tropas lideradas pelo general Augusto Pinochet, após combate e destruição do Palácio de La Moneda, põe fim à experiência socialista chilena.⁴⁵ Sader aponta na ocasião do golpe de estado, uma incapacidade de resposta por parte de uma esquerda dividida e desarmada politicamente para enfrentá-lo. Por sua vez, a avassaladora superioridade militar e o apoio de setores da classe média e da quase totalidade da burguesia chilena, garantiram o sucesso da ação golpista.⁴⁶ Já Guazzelli, chama a atenção para o que chama de “trágica ironia”, ou seja, o fato do governo Allende ter sempre se atido às instituições democráticas, “mesmo nos momentos de crise mais aguda”, respeitando o “Estatuto de Garantias Constitucionais com o qual se comprometera”.⁴⁷

A Junta Militar, presidida por Pinochet, teve como primeiros objetivos reimpor a ordem social e renovar os compromissos chilenos com o processo de acumulação capitalista. Tinha como referência o Brasil em pleno “milagre econômico”, demonstrando que a

⁴² GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A Revolução Chilena e a ditadura militar. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (org.). Ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 86.

⁴³ SADER, Emir. Chile (1818-1990): Da independência à redemocratização. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 49.

⁴⁴ SADER, Emir. Democracia e ditadura no Chile. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 22.

⁴⁵ Não nos deteremos aqui na trágica e comovente história de sacrifício e resistência do presidente deposto e na ativa participação do governo estadunidense no golpe, o que pode ser encontrado em VERDUGO, Patrícia. Chile, 1973: Como os EUA derrubaram Allende. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

⁴⁶ SADER, Emir. Democracia e ditadura no Chile. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 34.

⁴⁷ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A Revolução Chilena e a ditadura militar. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (org.). Ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 98.

intervenção não foi realizada no sentido de “um poder moderador”, mas sim, “que vinha para ficar e para transformar o país em profundidade”.⁴⁸ Com relação à repressão, sua diferença para com o regime brasileiro foi que, tendo em vista a resistência e a identificação de grande parte da população com a Unidade Popular, necessitou empregá-la num grau muito maior do que os golpistas do Brasil em 1964.

A nova ditadura em seus primeiros meses dedica-se “à implantação do terror de Estado”, através de “prisões, torturas e execuções sumárias” de pessoas identificadas com o governo deposto, como lideranças da Unidade Popular, estudantes, operários e estrangeiros emigrados principalmente de países latino-americanos já sob o desmando de regimes militares.⁴⁹ As informações sobre a perseguição aos opositores não chegava à população em geral, uma vez que eram filtradas por um eficiente sistema de censura baseado na força. Caparelli afirma que, como no Brasil e no Uruguai,

[...] a censura no Chile foi uma das mais rígidas, dentro da guerra, segundo seus dirigentes, movida contra o comunismo internacional. Logo após o golpe, não se tratava de se estender ou de continuar uma guerra psicológica no campo dos meios de comunicação, mas de suprimi-los, o que foi feito imediatamente, a partir do primeiro dia do novo governo. Junto com o fechamento dos jornais e controle das emissoras de rádio, começou o extermínio dos próprios comunicadores.⁵⁰

Esmagada a oposição, a ditadura pôde dedicar-se a medidas econômicas de cunho neoliberal, com o claro favorecimento aos interesses do capital financeiro nacional e internacional, através de privatizações e empréstimos externos, característica mantida até seus últimos dias no fim da década de 1980.

1.3 SEMELHANÇAS ENTRE OS REGIMES DO BRASIL E DO CHILE

Muitas relações podem ser apontadas entre os casos brasileiro e chileno. A afinidade entre as duas nações se evidencia no fato de que o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a Junta Militar liderada pelo general Pinochet, o que ocorreu dois dias após o golpe. Em primeiro lugar, ambos assistem um governo democrático legítimo ser deposto por

⁴⁸ SADER, Emir. Democracia e ditadura no Chile. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 37.

⁴⁹ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A Revolução Chilena e a ditadura militar. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (org.). Ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 98.

⁵⁰ CAPARELLI, Sérgio. Ditaduras e indústrias culturais, no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai (1964-1984). Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1989, p. 81.

militares ao tentar implementar reformas e políticas com caráter social. Com relação à repressão e à desarticulação da oposição política, também foram muitos eficazes, como demonstram os já referidos inúmeros casos de violações dos direitos humanos, através da prática de torturas, sequestros e assassinatos pelo Estado, com a ressalva do volume maior de pessoas executadas e desaparecidas no Chile.

Outra característica comum diz respeito à censura de imprensa. Maria Aparecida de Aquino, ao estudar a censura no jornal O Estado de São Paulo, descreve a semelhança entre as realidades dos dois países ao relatar a preocupação do governo militar brasileiro com a forma como seriam divulgados os acontecimentos do Chile, o que demonstra que eram conscientes destas similaridades:

É importante destacar que os cortes da censura no que diz respeito ao Chile relacionam-se ao temor de possíveis analogias, por parte dos leitores, entre a realidade chilena e o processo político desenrolado no Brasil – aqui também um presidente constitucionalmente eleito foi derrubado por um golpe militar ao qual, embora em menor grau, se seguiu uma escalada de violência que derrotou as possibilidades de oposição no país.⁵¹

⁵¹ AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: EDUSC, 1999, p. 79.

2 A CENSURA NO REGIME MILITAR BRASILEIRO

A Censura Federal proíbe a divulgação de discurso do líder da Maioria, Senador Filinto Müller, negando que exista censura no Brasil (19/9/72)

A bibliografia sobre a censura no Brasil é bastante vasta. Certo é que a censura aos meios de comunicação há muito já existia no país, fazendo-se sentir, porém, de maneira mais intensa e constante nos períodos ditatoriais, mais notadamente no Estado Novo, de Getúlio Vargas (1937-1945), e no regime militar (1964-1985).⁵² Carlos Fico aponta para este último uma característica peculiar:

De fato, é a dicotomia legal/revolucionária que explica a existência não de uma, mas de duas censuras durante o período militar: uma legal e longa – aquela que havia décadas controlava as diversões públicas; outra, “revolucionária” e negada: a censura propriamente política da imprensa, que era, para a ditadura, “um de seus instrumentos repressivos.”⁵³

A censura de diversões públicas era exercida pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e detinha-se sobre questões morais e comportamentais. Assim, filmes, peças de teatro, livros, programas de televisão, entre outros, além da mídia escrita, passavam pelo crivo dos censores, que acreditavam que a “subversão” se valia da “corrupção dos costumes” para aliciar a juventude. Porém, a presente pesquisa aborda o que convencionou chamar-se de “censura política”, ou seja, a censura à imprensa, expressão esta considerada indevida, tendo em vista que toda atividade censória também é um ato político

Segundo Aquino, se pode falar ainda na censura empresarial, inerente à estrutura das grandes empresas capitalistas, obrigada a fazer concessões e ceder a pressões. Já a censura de cunho político vigora em um momento histórico determinado, atuando de forma externa às redações dos periódicos e sendo exercida pelo Estado para proteger seus interesses.⁵⁴ Com respeito ao Brasil, pode-se afirmar que este tipo de censura ocorre desde a tomada do poder pelos militares em 1964. Flávio Aguiar aponta o início do controle e da manipulação da

⁵² AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 205.

⁵³ FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 87.

⁵⁴ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 222.

informação para antes mesmo do golpe.⁵⁵ Por sua vez, Daniel Aarão Reis Filho defende que a questão da censura possuía caráter prioritário na proposta das forças reacionárias, pois

[...] embora perpetrado em nome da liberdade e da democracia, o golpe, ou melhor, como veremos, o grupo mais estruturado de golpistas, tem uma proposta de silêncio, porque o seu programa, para se concretizar, exige vontade ditatorial e repele e nega uma oposição viva, atuante, às claras e legalizada.⁵⁶

Para o período pós-golpe e anterior à promulgação do AI-5, pode-se destacar a ausência de um instrumento específico para a aplicação da censura e uma intensidade menor na sua intensidade, o que não quer dizer que não tenha ocorrido. Casos como o fechamento do jornal *Correio da Manhã* demonstram que a censura da imprensa existiu quando necessária, mas de maneira episódica. Fico defende que este aspecto deve-se a uma impressão geral de que a duração do regime poderia ser breve.⁵⁷

É consenso na bibliografia consultada a importância do Ato Institucional nº 5 como momento chave para a compreensão da censura na ditadura militar brasileira. Chiavenato defende que “o AI-5 impôs à imprensa a mais brutal censura da história do Brasil. Absolutamente nada que ‘ofendesse’ o governo podia ser noticiado”.⁵⁸ Na mesma linha de argumentação segue a definição de Aquino:

O AI-5 foi um marco divisório na história de censura neste país. A partir de 13 de dezembro de 1968, a censura à imprensa viveu períodos de maior ou menor intensidade e variou seu modo de atuação de acordo com o periódico, a extensão de suas denúncias e com a intensidade de sua resistência.⁵⁹

Com seu advento, a atividade da censura passou a ser sistemática, tornou-se rotineira e obedecia a instruções específicas proveniente dos altos escalões do poder.

Quanto à vigência da censura política no país, a autora defende a existência de duas

⁵⁵ AGUIAR, Flávio. Censura e cultura em Movimento. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). *Minorias silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2002, p. 404.

⁵⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. Vozes silenciadas em tempo de ditadura: Brasil: anos de 1960. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). *Minorias silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2002, p. 435.

⁵⁷ FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 87.

⁵⁸ CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 1994, p. 123.

⁵⁹ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 207.

fases, relacionadas com as circunstâncias históricas brasileiras. A primeira, entre 1968 a 1975, possui um caráter amplo, agindo sobre todos os periódicos, sem distinção. Nela, o período de 1968 a 1972 vê “uma estruturação da censura, do ponto de vista legal e profissional”, com a utilização de telefonemas e bilhetes enviados aos jornais. Já entre 1972 e 1975, ocorre uma radicalização, com a institucionalização da censura prévia aos órgãos que ainda ofereciam alguma resistência. Este é o momento em que ocorre um recrudescimento por parte do regime com relação à repressão, coincidindo ainda com a discussão da sucessão presidencial que levaria Ernesto Geisel ao comando do país, general pertencente à ala dos militares moderados.⁶⁰ Na segunda fase, entre 1975 a 1978, “a censura passa a ser mais restritiva e seletiva: lentamente vai se retirando dos órgãos de divulgação, bem como diminuem de intensidade as ordens telefônicas e os bilhetes às redações”, permanecendo ainda sobre algumas publicações alternativas até chegar ao fim da censura prévia.⁶¹

Como referido acima, a operacionalização da censura se deu de duas maneiras, conforme argumenta Fico:

Note-se, portanto, que havia dois tipos de censura à imprensa: o primeiro era chamado de “censura prévia” e pressupunha o exame, pelos técnicos do Departamento de Polícia Federal, dos textos jornalísticos antes de sua proibição. Isso poderia ser feito na própria redação do periódico, na sede do DPF da cidade onde estava a redação ou em Brasília [...] O segundo tipo era a fiscalização sistemática e velada “no sentido de impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e às instituições”. Os dois procedimentos baseavam-se numa classificação de temas censurados que a ditadura chamava de “**proibições determinadas**” (grifo nosso).⁶²

Paolo Marconi, no livro *A Censura Política na Imprensa Brasileira*, apresenta uma interessante compilação de proibições determinadas recebidas por diversos órgãos de comunicação do país, os chamados “bilhetinhos”, que tinham por característica ser na maioria dos casos apócrifos. É importante destacar a ressalva do autor de que transcreveu os textos encontrados na íntegra, mantendo sua linguagem telegráfica e eventuais erros gramaticais, o que foi conservado quando utilizado neste trabalho. Com relação ao ano de 1973, objeto do presente estudo, Marconi coletou 159 ordens, o que demonstra o caráter repressivo do

⁶⁰ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: EDUSC, 1999, p. 212.

⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 215.

⁶² FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*, vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 190.

governo Médici. Entre elas pode se verificar na data de 04 de junho a seguinte proibição com relação à própria atividade da censura:

De ordem superior, fica terminantemente proibida a publicação de críticas ao sistema de censura, seu fundamento e sua legitimidade, bem como de qualquer notícia, crítica, referência escrita, falada e televisada, direta ou indiretamente formulada contra órgãos de censura, censores e legislação censória.⁶³

A seguir, são apresentadas as proibições referentes ao mês de setembro de 1973 relacionadas diretamente ao golpe de estado do Chile, seguidas da data registrada pelo autor:

De ordem superior, recomendo parcimônia nas notícias relativas aos fatos ocorridos no Chile, posição do Presidente Allende e evolução dos acontecimentos naquele país. 11/9

De ordem superior, fica terminantemente proibida divulgação de manchetes, notícias, comentários ou editoriais enaltecendo governo Allende, assim como de teor desairoso atual governo do Chile. Fica igualmente proibida divulgação de qualquer notícia tendenciosa acerca de contra-revolução naquele país. 14/9

De ordem superior, fica terminantemente proibida divulgação através de rádio, televisão, jornal diário e semanário, revista e outras publicações de notícias com referência a transcrição, citação, editorial e comentários sobre a situação de brasileiros subversivos, terroristas, cassados e banidos e radicados em qualquer país da América do Sul, particularmente Chile, Uruguai, Argentina e Colômbia. 17/9

De ordem superior reitero nosso rádio 116, de 16.9, proibindo terminantemente proibida divulgação através de rádio, televisão, jornal diário e semanário, revista e outras publicações de notícias com referência a transcrição, citação, editorial e comentários sobre a situação de brasileiros subversivos, terroristas, cassados e banidos e radicados em qualquer país da América do Sul, particularmente Chile, Uruguai, Argentina e Colômbia. Segundo apurou Itamaraty, não existe perseguição contra brasileiros. As notícias sobre perseguição são falsas e mentirosas, forjadas por terroristas banidos ou asilados no Chile. 18/9⁶⁴

Com relação à censura prévia, pode-se apontar que foi um recurso destinado especificamente aqueles órgãos da grande imprensa que se recusavam a aceitar as ordens, continuando a publicar matérias de temática proibida. Já para a imprensa alternativa se deu independentemente de aceitação ou não das proibições, e sim, por sua postura de independência, considerada perigosa pelo governo⁶⁵

Como forma de melhor compreender a atividade censória deve-se levar em conta também a repressão e a violência cometida contra jornalistas. Caparelli, ao referir-se à

⁶³ MARCONI, Paolo. A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978). São Paulo: Global, 1980, p. 256. A mesma ordem encontra-se repetida na íntegra com datas de 26 de junho e 17 de outubro nas páginas 258 e 266 respectivamente.

⁶⁴ Idem, Ibidem, p. 262-265.

⁶⁵ AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: EDUSC, 1999, p. 224.

autocensura, destaca que ela “vinha também dos assassinatos, das prisões, das torturas e das proibições de jornalistas desempenharem suas atividades, das pressões, dos fechamentos, das explosões de bombas nos jornais e nas emissoras de rádio e de televisão”.⁶⁶ Um dos mais conhecidos casos de jornalistas mortos sob custódia de agentes repressores foi o de Vladimir Herzog⁶⁷, assassinado em 1975, fato que colaborou para a discussão pública sobre a censura, tendo em vista que os meios de comunicação puderam noticiá-lo, ainda que de forma tímida.⁶⁸

Existe divergência na bibliografia consultada a respeito da prática conhecida como autocensura. A seguir, destacamos diferentes abordagens sobre o tema.

Para Bernardo Kucinski a autocensura foi o padrão de controle da informação durante todo o regime militar e pressupõe uma participação ativa do jornalista na sua execução, tendo como característica ser “um ato consciente, e com o objetivo, também consciente, de dosar a informação que chegará ao leitor ou mesmo suprimi-la”. O autor prossegue afirmando que “nesse sentido é uma das mais danosas formas de controle da informação porque implica o engajamento do jornalista na proposta repressiva, fazendo dele sua primeira vítima”.⁶⁹

Já Anne-Marie Smith considera inadequada esta terminologia:

A autocensura foi imposta pelo regime, e não pelos censurados a si próprios. De 1968 a 1978, a Polícia Federal expediu proibições contra a divulgação de assuntos noticiosos específicos e vigiou a imprensa para ver se as proibições estavam sendo cumpridas. Embora esse processo fosse chamado de autocensura, a expressão era imprópria. Não obstante, a imprensa obedeceu quase sem resistência. A responsabilidade relativa pela censura fica, então, difícil de discernir.⁷⁰

Carlos Fico também discorda do termo ao sustentar que a expressão “autocensura” “não revela todos os matizes do problema”, pois a caracteriza como um comportamento de

⁶⁶ CAPARELLI, Sérgio. Ditaduras e indústrias culturais, no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai (1964-1984). Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1989, p. 50.

⁶⁷ Para mais casos de repressão a jornalistas ver ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1991 e KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). Minorias silenciadas: História da Censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2002.

⁶⁸ CAPARELLI, Sérgio. Ditaduras e indústrias culturais, no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai (1964-1984). Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1989, p. 56.

⁶⁹ KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). Minorias silenciadas: História da Censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2002, p. 538.

⁷⁰ SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 41.

colaboracionismo, algo distinto dos procedimentos pragmáticos dos que pretendiam “evitar problemas” ou dos que seguiam as ordens da censura por receios diversos.⁷¹ O historiador formula a seguinte pergunta: “a direção de um jornal que recebia a lista de temas que não poderiam ser abordados e a transmitia à redação, acatando a censura, estava colaborando com ela?”. Assim, acaba por descrever esta situação como uma capitulação, já que as diretorias destas empresas possuíam somente como alternativas a censura prévia ou o fechamento do jornal.⁷²

⁷¹ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano, vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 189.

⁷² FICO, Carlos. Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 94.

3 A COBERTURA DO GOLPE CHILENO NO CORREIO DO POVO E NA ZERO HORA

Neste capítulo será abordado o histórico dos jornais Correio do Povo e Zero Hora, seus contextos e características no período ditatorial, além de discutida a cobertura jornalística de ambos a respeito do golpe de estado militar chileno em 1973.

3.1 SOBRE CORREIO DO POVO E ZERO HORA

A seguir aborda-se o histórico dos jornais Correio do Povo e Zero Hora, sua atuação no contexto da ditadura e as características jornalísticas no período estudado.

3.1.1 Correio do Povo e Cia. Jornalística Caldas Júnior

O Correio do Povo foi fundado na capital gaúcha em 1º de outubro de 1895 por Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior, sergipano que havia vindo ainda criança para o Rio Grande do Sul. Em uma época onde os jornais comprometiam-se com partidos e agremiações políticas, o novo diário buscou identificação com a causa pública, apresentando-se, logo na primeira edição como “órgão de nenhuma facção, que não se escraviza a cogitações de ordem subalterna”. Para Rüdiger, “a novidade do jornal e o principal fator de seu sucesso não se encontram na magia de seu texto ou conteúdo editorial, mas sim na postura empresarial assumida por seu proprietário e diretor diante do negócio”, o que lhe garantiu rapidamente a hegemonia no mercado de jornais no Estado.⁷³

Sob a direção de Breno Caldas, é criada a Companhia Jornalística Caldas Júnior, que chegou a contar com mais dois jornais, a Folha da Manhã e a Folha da Tarde, além da Rádio Guaíba AM e, posteriormente da TV Guaíba e Rádio Guaíba FM. Não foi possível encontrar dados referente a 1973, porém, José Antônio Pinheiro Machado, afirma no livro em que registra depoimento de Breno Caldas, filho do fundador e diretor da empresa de 1935 a 1984, que, a situação do Correio do Povo em 1972 era bastante positiva. Conforme levantamento da Revista Exame citada pelo jornalista, neste ano o diário possuía 93 mil assinaturas pagas, ocupando o 1º lugar em rentabilidade entre os diários nacionais e a 6º posição em lucro

⁷³ RÜDIGER, Francisco Ricardo. Tendências do jornalismo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993, p. 78.

líquido.⁷⁴

A publicação da Caldas Júnior dominou o cenário jornalístico rio-grandense durante décadas, superando, em distintos momentos, importantes publicações como A Federação, o Jornal do Commercio e o Diário de Notícias, entre outros. Porém a agonia do Correio do Povo, tomando emprestado o título das memórias de seu principal diretor, não tardaria a chegar. Em fins da década de 1970 e início da de 1980, o diário vê sua principal concorrente, Zero Hora, ganhar terreno, chegando a ultrapassá-lo em tiragem em 1982. Antes, em 1980, já havia deixado de figurar no *ranking* dos dez maiores jornais do Brasil, sendo que, um ano antes aparecia em nono lugar, passando o décimo posto a ser ocupado justamente pelo diário da RBS. Rüdiger aponta que as “dificuldades financeiras decorrentes nem tanto da tardia instalação de sua emissora de televisão e da modernização de seu parque gráfico, mas de uma gestão empresarial ultrapassada” foram os motivos que levaram à decadência da Caldas Júnior.⁷⁵

A delicada situação do jornal teria seu momento culminante em 1984, quando o Correio do Povo, após anos de agudas dificuldades financeiras, é obrigado a encerrar suas atividades em 1984. Dois anos mais tarde o jornal voltaria a ser publicado, porém com novos proprietários, figurando até os presentes dias como um dos principais veículos de comunicação do Rio Grande do Sul.

Quando da derrubada de João Goulart, a Caldas Júnior não se ateve à preservação da sua pretensa imparcialidade⁷⁶, como demonstra Breno Caldas, ao declarar que “a Revolução de 1964, de um certo modo, contou com a nossa participação, ou pelo menos com a nossa simpatia”, afirmado, apesar de não possuir ligações políticas com os novos governantes, que suas idéias “eram afinadas conosco, estávamos no mesmo caminho”.⁷⁷ Quando indagado a respeito de com eram suas relações com os presidentes militares, Caldas responde que eram

⁷⁴ CALDAS, Breno; MACHADO, José Antonio Pinheiro. Meio século de Correio do Povo: glória e agonia de um grande jornal. Porto Alegre: L & PM Editores, 1987, p. 8.

⁷⁵ RÜDIGER, Francisco Ricardo. Tendências do jornalismo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993, p. 108.

⁷⁶ Segundo Galvani, “Toda a amizade de João Goulart com o Dr. Breno e as semelhanças de vida como criadores de cavalo, ambos, como estancieiros gaúchos, não foram suficientes para impedir que a atração ideológica levasse a Cia. Caldas Júnior para o âmbito do golpe militar de 31 de março de 1964. A empresa definiu-se, logo no primeiro momento, e uma vez mais pondo de lado uma suposta e histórica imparcialidade, o Correio do Povo (e seus afluentes) apoiou a então batizada ‘Revolução Redentora’”. GALVANI, Walter. Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p. 410.

⁷⁷ CALDAS, Breno; MACHADO, José Antonio Pinheiro. Meio século de Correio do Povo: glória e agonia de um grande jornal. Porto Alegre: L & PM Editores, 1987, p. 78.

“em geral, boas”, lembrando que chegou a receber uma medalha do General Médici.⁷⁸

A relação amistosa com a ditadura teria sua primeira rusga quando de um incidente com a censura em 1972. O diretor de O Estado de São Paulo, Ruy Mesquita, enviou um telex ao Ministro da Justiça, afirmando que “sentiu vergonha de ser brasileiro” devido a uma ordem censória atribuída ao mesmo, o qual foi também recebido pelo CP. Apesar da proibição de veiculação, Breno Caldas decide publicar a matéria com a transcrição das críticas de Mesquita e citando o “bilhetinho” causador de toda a crise. Como resultado, a edição do dia 20 de setembro foi toda apreendida.⁷⁹

A cobertura internacional do Correio do Povo em setembro de 1973 provinha da agência de notícias AP e UPI, respectivamente *Associated Press* e *United Press International*. Conforme apontado quando nos referimos à grande imprensa na época do regime militar, as notícias referentes ao exterior possuíam grande destaque também neste diário. No período analisado, setembro de 1973, são raras as edições em que as manchetes não são de acontecimentos provenientes de outros países, o que se repete nas demais notícias da capa. Também são divulgadas notícias internacionais nas seções “Noticiário”, localizada sempre nas primeiras páginas do jornal com informações políticas, “Secções” (sic), com informações de caráter geral, principalmente sobre cultura e economia e “Reportagem”, com matérias oriundas de outras publicações, nacionais ou estrangeiras. Para o presente trabalho, foram verificados também os editoriais e os artigos de colaboradores, além das já referidas partes em que se dividia o periódico.

3.1.2 Zero Hora e Grupo RBS

Zero Hora começou a circular em Porto Alegre no dia 4 de maio de 1964, sendo considerado o herdeiro da edição gaúcha do jornal Última Hora, fechado pela recém instaurada ditadura militar por sua identificação com o governo deposto. ZH em seu primeiro editorial assim definiu-se: “[...] nasce um novo jornal. Autenticamente gaúcho. Democrático. Sem compromissos políticos. Nasce com um único objetivo: servir ao povo, defender seus

⁷⁸ CALDAS, Breno; MACHADO, José Antonio Pinheiro. Meio século de Correio do Povo: glória e agonia de um grande jornal. Porto Alegre: L & PM Editores, 1987, p. 79.

⁷⁹ GALVANI, Walter. Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p. 421.

direitos e reivindicações, dentro do respeito à lei e as autoridades”.⁸⁰

Embora atualmente faça parte do Grupo RBS, o diário inicialmente não pertencia à família Sirotsky, tendo sido fundado pelo empresário Ary de Carvalho. Porém, desde 1967 os irmãos Maurício e Jayme já detinham metade das ações da empresa, adquirindo o controle total em abril de 1970. Os Sirotsky já estavam no ramo da comunicação já algum tempo, Maurício se tornou acionista da Rádio Gaúcha em 1957, ano apontado pelo Grupo RBS como de sua fundação.

De seu antecessor, Zero Hora manteve o formato tablóide, tido à época como sinônimo de jornalismo sensacionalista e pouco confiável, ao contrário do formato *standard* utilizado pelas principais publicações do país. As dificuldades no início da circulação do diário são retratadas pela empresa da seguinte maneira:

Com atuação em rádio e TV, os Sirotsky têm a partir de então um grupo multimídia. Mas a estréia num veículo impresso é tumultuada e quase naufraga. Desde a criação, o jornal definhava ano a ano. Logo depois da compra do jornal, a preocupação em reavaliar a linha editorial e as características gráficas, eliminando até mesmo o chamativo logo azul, competia com a correria de um desafio imediato. Era preciso pagar contas e viabilizar financeiramente a empresa.⁸¹

Os novos proprietários lograram realizar uma série de reformas, tanto em seu parque gráfico, tornando mais competitiva sua área industrial, quanto nos métodos de gestão, adequando-se às novas condições de mercado e visando a sua expansão.⁸²

Embora não seja o objeto desta pesquisa, é importante ressaltar a relação da RBS com a Rede Globo de Televisão. Em 1967, a TV Gaúcha, também pertencente aos irmãos Sirotsky, passa a ser uma afiliada da Globo que, com uma política de apoio ao regime militar, havia se consolidado como principal empresa de comunicação do Brasil.⁸³ Este fato é destacado pelo Grupo RBS, que valoriza o fato de ser “uma das maiores empresas de comunicação multimídia do Brasil e a mais antiga afiliada da Rede Globo”.⁸⁴ A realização deste acordo foi

⁸⁰ BERGER, Christa. Campos em confronto: a terra e o texto. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 52.

⁸¹ GRUPO RBS - Rede Brasil Sul de Comunicação. Comunicação é a nossa vida: 1957-2007. Porto Alegre: Grupo RBS, 2007. p. 68.

⁸² RÜDIGER, Francisco Ricardo. Tendências do jornalismo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993, p. 108.

⁸³ CAPARELLI, Sérgio. Ditaduras e indústrias culturais, no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai (1964-1984). Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1989, p. 48.

⁸⁴ GRUPO RBS - Rede Brasil Sul de Comunicações. Quem somos. Disponível em: <http://www.gruporbs.com.br/quem_somos/index.php?pagina=grupoRBS>. Acesso em: 28 out. 2010.

fundamental para a RBS ao possibilitar a articulação da estratégia mercadológica e editorial de seus veículos à principal mídia do grupo, a TV Gaúcha, e, conseqüentemente, ao prestígio que a condição de afiliada da Globo lhe conferia.⁸⁵

Sérgio Caparelli afirma que “Zero Hora representou indiretamente as forças modernizadoras e liberalizantes do modelo implantado depois de 1964” e que, “ao fim do regime militar, a RBS já havia se tornado uma empresa moderna”, líder em seu segmento no Rio Grande do Sul, o que indica senão um afinamento com o Estado ditatorial, pelo menos uma convivência não beligerante.⁸⁶ Guareschi e Ramos vão mais longe ao relacionar diretamente a fundação de Zero Hora e sua ascensão com o a ditadura, chegando a chamá-la de “cria do autoritarismo” ao apontar “similitudes históricas que não podem ser desprezadas gratuitamente” entre os calendários de ambos.⁸⁷

Não foi encontrada bibliografia sobre a censura nas redações de Zero Hora. Porém, sua existência é revelada na análise de Anne-Marie Smith sobre o jornal alternativo Movimento, também editado em Porto Alegre:

Um último exemplo do arquivo censurado capta muitas das características desses documentos. Trata-se de um artigo sem data preparado por um jornalista de Porto Alegre em folhas de prova do jornal Zero Hora. Evidentemente, o jornalista concluíra que o material não seria publicado naquele jornal, ou pelo menos não do jeito como fora tratado, e então o ofereceu ao Movimento, mas foi totalmente cortado pelos censores da Polícia Federal.⁸⁸

Assim como seu concorrente, o Correio do Povo, Zero Hora contava em setembro de 1973 com os serviços de agências internacionais para divulgação de notícias do exterior. No caso, a UPI e a AFP, *United Press International* e *Agence France-Presse* respectivamente. O jornal mantém a já salientada característica geral dos principais órgãos de ampla cobertura internacional, porém, de uma forma menos expressiva que o Correio do Povo, uma vez que também dá destaque ao noticiário nacional em suas manchetes. Outra diferença para com o rival da Caldas Júnior é o fato de que conta com analista e comentarista internacional próprios, o que pode tornar mais claro algum eventual posicionamento editorial por parte do periódico. A cobertura internacional é publicada na seção “Mundo”, havendo capas destinadas

⁸⁵ RÜDIGER, Francisco Ricardo. Tendências do jornalismo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993, p. 111.

⁸⁶ CAPARELLI, Sérgio. Zanzibar de novas tecnologias: imprensa regional e Zero Hora. In: Temas Contemporâneos em Comunicação. São Paulo: Edicon/Intercon, 1997, p. 113.

⁸⁷ GUARESCHI, Pedrinho; RAMOS, Roberto. A máquina capitalista. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 70.

⁸⁸ SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 114.

aos episódios relativos ao golpe de estado chileno somente após sua concretização.

Cabe ressaltar a ausência de editorial a respeito da situação no Chile nas 26 edições de setembro de 1973 analisadas, o que prejudica no entendimento de sua posição sobre a questão da tomada de poder pela força e suas implicações, uma vez que o próprio grupo proprietário afirma que “são os jornais que expressam, em seus editoriais, a opinião da RBS sobre fatos locais, do Brasil e do mundo”.⁸⁹

3.2 A COBERTURA DOS ANTECEDENTES DO GOLPE (1º A 11 DE SETEMBRO DE 1973)

Com relação ao período escolhido que antecede o golpe chileno, ocorrido em 11 de setembro, ou seja, do dia primeiro ao próprio dia 11, uma vez que este somente seria noticiado no dia 12, o Correio do Povo publica diversas matérias a respeito da situação vivida no país, onde se assistia a uma importante greve no setor de transportes. Na edição do dia 1º lê-se: “Marinha acusa partidários de Allende em processo de rebelião”,⁹⁰ com informações a respeito da referida greve e também de atentados de extremistas. No dia seguinte, o assunto chega à capa, noticiando além da greve, um clima de violência constante e os combates com o grupo de extrema-esquerda MIR.⁹¹ Já na seção “Reportagem”, é reproduzida matéria do jornal estadunidense *The New York Times*, relativa ao problema nos transportes no Chile.⁹²

A partir do dia 04, tem início o emprego da palavra “golpe”, contendo no corpo do texto a expressão “golpe branco” e a frase “a oposição favorece um golpe contra o presidente”.⁹³ Esta informação é importante, tendo em vista que, quando se refere à tomada de poder em 31 de março de 1964 pelos militares no Brasil, o jornal se vale do termo “revolução”, evitando a conotação negativa que “golpe” sugere, como demonstra o seguinte editorial do dia 18 de setembro, a respeito da indicação de Ernesto Geisel para a sucessão presidencial:

Desnecessário por óbvio, será por em realce o significado e a importância da palavra

⁸⁹ GRUPO RBS - Rede Brasil Sul de Comunicação. Comunicação é a nossa vida: 1957-2007. Porto Alegre: Grupo RBS, 2007, p. 75.

⁹⁰ “Marinha acusa partidários de Allende em processo de rebelião”. Correio do Povo, 1º set. 1973, p. 3.

⁹¹ “PDC chileno rejeita diálogo com o governo”. Correio do Povo, 2 set. 1973, capa.

⁹² *The New York Times*. “Transporte rodoviário é vital para o Chile”. Idem, p. 22.

⁹³ “Oposição exige a renúncia de Allende”. Correio do Povo, 4 set. 1973, capa.

do futuro chefe da Nação no desdobramento de um **processo revolucionário institucionalizado** (grifo nosso) como o que passa o nosso País desde 1964 e que tão profundamente se está refletindo em seus rumos e em seu desenvolvimento.⁹⁴

Por que razão a editoria do jornal utiliza-se deste recurso? Tendo em vista a necessidade de não entrar em conflito com o governo federal, uma vez que dele depende boa parte das receitas não só do Correio do Povo, mas da maioria dos órgãos da grande imprensa no período, se pode acreditar que, mesmo não compactuando mais com a situação de censura e repressão, o periódico necessita por uma questão de sobrevivência empresarial manter uma aparência, senão de apoio, mas de neutralidade com relação ao Regime. Haja vista o incidente já relatado sobre a apreensão do jornal em 1972.

No dia 05 verifica-se uma mudança na maneira como é retratada a possibilidade do *putsch* militar. A palavra “golpe” segue sendo empregada, porém, na fala de outros interlocutores. Assim, temos como exemplo a transcrição de parte de matéria do jornal chileno *El Siglo*, identificado com o governo de Salvador Allende, com respeito a “sabotagem e golpismo por parte da oposição”.⁹⁵ O que se repete no próximo dia, quando Allende denuncia “conspiração e golpismo” contra seu governo⁹⁶, e também no dia 11, quando, em notícia relatando a situação do país vizinho, onde mulheres manifestavam-se pedindo a presença das Forças Armadas no poder, é reproduzida entrevista do importante dirigente político e membro do gabinete chileno, Carlos Altamirano, utilizando-se de expressões como “direita”, “terroristas” (de direita) e novamente “golpistas”.⁹⁷

Como já mencionado, a cobertura internacional não é tão destacada em Zero Hora. Mesmo assim, a seção “Mundo” apresenta algumas notícias a respeito da situação chilena. Em 1º de setembro temos a matéria intitulada “Greve chilena está no fim”,⁹⁸ sobre a greve no setor de transportes a qual viria a ser novamente notícia na edição do dia 3, quando completou 40 dias.⁹⁹ A mesma edição publica reportagem onde informa o apoio das forças armadas chilenas ao presidente Allende.¹⁰⁰

⁹⁴ “Continuidade e evolução”. Correio do Povo, 18 set. 1973, p.4.

⁹⁵ “Choque entre policiais e grevistas intensifica protesto contra Allende”. Correio do Povo, 5 set. 1973, capa.

⁹⁶ “Santiago transforma-se em campo de batalha”. Correio do Povo, 6 set. 1973, capa, com continuação na página 24.

⁹⁷ “Aumenta pressão para renúncia de Allende”. Correio do Povo, 11 set. 1973, capa.

⁹⁸ “Greve chilena está no fim”. Zero Hora, Porto Alegre, 1º set. 1973, p. 10.

⁹⁹ “Problemas internos não deixam Allende comparecer à cúpula dos não-alinhados”. Zero Hora, Porto Alegre, 3 set. 1973, p. 12.

¹⁰⁰ “Socialismo democrático tem apoio”. Op. cit.

O dia 4 assiste ao início da escalada de violência no Chile nas páginas do diário, com relatos de luta armada entre radicais de esquerda e direita¹⁰¹, de pedidos de renúncia do presidente¹⁰² e da “situação caótica em que vive o país”, conforme declaração da associação de engenheiros local.¹⁰³

O emprego da palavra “golpe” chega às páginas do periódico no dia 5 de setembro, onde em matéria sobre apoio a Allende nas comemorações do terceiro ano de governo, é citada manchete do jornal de esquerda *El Siglo* intitulada, “Direita: 3 anos de golpismo e sabotagem”, a respeito de militar exilado por conspirar.¹⁰⁴ O que se repete no dia 10, na referência à possibilidade de concessões por parte do presidente, em um “esforço para evitar um golpe militar ou uma eventual guerra civil”.¹⁰⁵

Como entender a utilização as notícias de termos e assuntos tão presentes nas ordens proibitórias recebidas nas redações dos jornais? Em hipótese alguma Correio do Povo e Zero Hora poderiam usar expressões como “golpe”, “ditadura” e aquelas pertinentes à repressão política, como “assassinatos” e “torturas”, para falar da situação brasileira. Podemos aqui entender que, mascarando a realidade nacional ao evitar a carga negativa que seria denunciar seu já mencionado caráter repressivo e ilegítimo, os periódicos, ao transferir para o Chile as críticas quanto à sua natureza golpista, se aproveitam de uma lacuna deixada pela censura para poder manifestar-se quanto à situação vivida no Brasil. Esta questão é discutida aqui, mas prossegue como uma constante nas demais matérias analisadas que seguem.

3.3 A COBERTURA DO GOLPE (12 A 18 DE SETEMBRO DE 1973)

A edição do Correio do Povo do dia 12 de setembro leva estampada na capa em letras garrafais a notícia fatídica: “Golpe militar leva Allende ao suicídio”. Seguem pequenas notas com títulos como “Vigilância”, a respeito do emprego da censura pelos conspiradores, “Resistência”, onde se lê que Allende havia denunciado que “grupos fascistas tramavam o golpe”, “Promessa”, com o texto “os líderes militares ao anunciarem o golpe”, e ainda

¹⁰¹ “Luta política chilena coloca Allende em nova encruzilhada”. Zero Hora, Porto Alegre, 4 set. 1973, p. 13.

¹⁰² “Gás e tiros na passeata chilena”. Zero Hora, Porto Alegre, 6 set. 1973, p. 12.

¹⁰³ “Problemas no Chile aumentam”. Zero Hora, Porto Alegre, 9 set. 1973, p. 13.

¹⁰⁴ “Apoio a Allende no dia em que oposição exige uma renúncia”. Zero Hora, Porto Alegre, 5 set. 1973, p. 13.

¹⁰⁵ “Allende ainda tenta dialogar”. Zero Hora, Porto Alegre, 10 set. 1973, p. 14.

“Estrangeiros são intimidados”, entre eles brasileiros, por parte dos militares.¹⁰⁶ O tema da censura prossegue com a notícia na página 2 de que “Jornal ou rádio que der notícia não oficial poderá ser destruído”. Como já visto, a imprensa estava proibida de denunciar a existência da censura no Brasil e deveria ter “parcimônia” na publicação de reportagens sobre o golpe no Chile, não sendo permitida a menção da perseguição de “subversivos” brasileiros.

Outra matéria discorre sobre a repercussão do golpe no Brasil. Nela, o Correio do Povo coloca declaração do Senador carioca Danton Jobim de “que nunca se regozijou com a queda de um governo legitimamente eleito pelo povo”.¹⁰⁷ Esta afirmação é significativa, pois não havia ocorrido o mesmo em nosso país em 1964? No mesmo sentido lê-se no dia 13 a seguinte frase do ex-presidente argentino Juan Domingos Perón: “É uma fatalidade para o continente que um governo eleito pelo povo seja deposto por forças militares”.¹⁰⁸

Esta edição leva na capa “Ordem no Chile é fuzilar quem resistir”. Destaca-se esta manchete, tendo em vista que, no Brasil, o governo militar buscava evitar que notícias relativas à violência contra opositores fossem divulgadas, como se percebe em proibições determinadas como esta registrada com data de 18 de fevereiro de 1973: “De ordem superior fica proibida divulgação pela imprensa qualquer referência morte subversivo e assuntos ligados ação terrorismo e movimento subversão”.¹⁰⁹ Outra notícia onde pode ser traçado um paralelo com o Brasil foi publicada na capa do dia 14 e faz menção ao fechamento do congresso por parte da recém empossada Junta Militar, tal qual já havia ocorrido em nosso país.¹¹⁰

Já a edição do dia 18 é carregada de termos desfavoráveis. Na manchete da capa o texto do periódico fala em “sangrento golpe de estado que depôs o governo do presidente Salvador Allende”,¹¹¹ já na matéria seguinte cita “manifestações de repúdio ao golpe militar”, ocorridas na Argentina.¹¹² Na página 3, temos um dramático trecho de entrevista de exilado chileno no México, afirmando que “[...] para o Chile não há soluções reais... não existe

¹⁰⁶ “Golpe militar leva Allende ao suicídio”. Correio do Povo, 12 set. 1973, capa.

¹⁰⁷ “Embaixador chileno acompanhou pelo rádio os acontecimentos”. Correio do Povo, 12 set. 1973, p. 8.

¹⁰⁸ “Perón afirma que morte de Allende foi fatalidade e acusa Washington”. Correio do Povo, 13 set. 1973, capa.

¹⁰⁹ MARCONI, Paolo. *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global, 1980, p. 250.

¹¹⁰ “Junta fecha o congresso após receber apoio dos maiores partidos políticos”. Correio do Povo, 14 set. 1973, capa.

¹¹¹ “Junta chilena denuncia plano contra militares”. Correio do Povo, 18 set. 1973, capa.

¹¹² “Acontecimentos do Chile poderão fortalecer a posição de Perón”. Idem, capa.

nenhuma garantia... há um povo aterrorizado em meio a um estado de sítio, sem liberdade”.¹¹³

Eis que na Zero Hora chega no dia 12 a notícia bombástica: “Allende foi derrubado e se suicidou”, assim resumida pelo jornal na chamada de capa:

Rebelião militar derrubou o governo marxista de Salvador Allende no Chile, após uma crise que vinha se agravando desde 1972. Com o Palácio cercado e bombardeado o governo rendeu-se. Repórteres confirmavam pouco depois o suicídio do presidente deposto. Junta militar promete agir “sem contemplação” para restabelecer a ordem.¹¹⁴

A partir desta data, é aberta uma subseção dentro de “Mundo” chamada “Chile”, a qual se prolongava por mais de uma página, se subdividindo em I, II e até III. Assim, se apresentam textos que discorrem a respeito do “golpe de estado militar contra o governo civil de Allende”, salientando o fato de que desde 1931 “o país desfrutou de uma sucessão de governos constitucionais que o tornaram uma das democracias mais estáveis da América Latina”¹¹⁵ e fornecendo um breve histórico do momento chileno informando que “a partir de agosto de 1972 a crise começou a se agravar até a rebelião que ontem acabou com a experiência de um governo marxista eleito no continente”.¹¹⁶ Zero Hora analisa ainda as possibilidades da resistência, lançando mão da expressão “*putsch* militar” e afirmando que “o golpe militar” foi “conduzido até agora com brutal e férrea vontade”.¹¹⁷

Sobre o 11 de setembro chileno, o Grupo RBS assim se refere no livro por ocasião dos seus 50 anos:

Em 12 de setembro de 1973, mais uma notícia mundial é manchete em Zero Hora e em nenhum outro jornal do país: “Allende foi derrubado e se suicidou”. O golpe que levava o presidente chileno Salvador Allende ao suicídio deveria ser noticiado sem destaque, por determinação prévia da censura imposta à imprensa pelo regime militar. Foi o que fizeram os outros jornais. ZH desobedeceu à ordem, como ocorreria tantas outras vezes. Arranjou um incômodo com o governo mas foi construindo sua credibilidade.¹¹⁸

A pretensa exclusividade afirmada nestas linhas é desmentida, pois, como já visto, pelo menos o Correio do Povo também noticiou a queda do presidente Allende no dia seguinte ao evento.

¹¹³ “México organiza ponte aérea para transportar refugiados chilenos”. Idem, p. 3.

¹¹⁴ “Allende foi derrubado e se suicidou”. Zero Hora, Porto Alegre, 12 set. 1973, capa.

¹¹⁵ “Rebelião derruba governo e o presidente se suicida”. Idem, p. 14.

¹¹⁶ Chile II. Idem, p. 15.

¹¹⁷ “As chances da resistência”. Idem.

¹¹⁸ GRUPO RBS - Rede Brasil Sul de Comunicação. Comunicação é a nossa vida: 1957-2007. Porto Alegre: Grupo RBS, 2007. p. 70.

Com o dia 13 voltam as notícias sobre repressão e violência, como evidencia a manchete de capa: “Crise chilena: mais de 500 já morreram”.¹¹⁹ Já a seção especial “Chile” estampa ameaçadora mensagem dos novos governantes: “Junta militar adverte: morte sumária para os resistentes”, contendo em seu texto a informação de que a mesma “pôs em vigor uma rígida censura”,¹²⁰ ou ainda na reprodução de notícia da agência TASS da URSS, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, onde são empregados termos que dificilmente seriam utilizados por Zero Hora em uma matéria de sua autoria:

[...] os reacionários, pelo caminho da violência brutal, depuseram o governo legítimo que havia chegado ao poder pela via democrática. [...] Quando a democracia se levanta no caminho de seus interesses, utilizam a franca violência, o terror, os golpes militares e os assassínios.¹²¹

Esta edição é de extrema importância para esta pesquisa, pois, além de “golpe”,¹²² leva pela primeira vez o termo “ditadura”, como na acusação de Perón, que chama o novo governo de “ditadura militar”¹²³ ou na notícia “Nas principais capitais do mundo houve manifestações contra o golpe militar”, com a informação de que na Inglaterra manifestantes gritavam “abaixo a ditadura”.¹²⁴

Nos dias 14 e 15 segue a caracterização por Zero Hora da tomada do poder no Chile como um “golpe militar”, empregando a expressão tanto no título de suas notícias quanto no corpo do texto,¹²⁵ além de alguma reflexão sobre a situação do país, ao referir-se e a repúdio de estudantes uruguaios aos golpistas¹²⁶ e a Salvador Allende como “primeiro presidente marxista eleito livremente no hemisfério ocidental”.¹²⁷ Cabe destacar ainda outras notícias sobre a repressão com títulos agressivos como “Operação limpeza contra a oposição”, sobre a perseguição à resistência,¹²⁸ e a manchete de capa “Há 5.200 presos no Chile”, onde o termo “golpe militar” novamente está presente.¹²⁹

¹¹⁹ “Crise chilena: mais de 500 já morreram”. Zero Hora, Porto Alegre, 13 set. 1973, capa.

¹²⁰ “Junta militar adverte: morte sumária para os resistentes”. Idem, p. 12.

¹²¹ “Moscou rompe o silêncio e acusa”. Idem, p. 14.

¹²² “Continua a resistência ao golpe”. Idem.

¹²³ “Perón acusa os Estados Unidos”. Idem, p. 13.

¹²⁴ “Nas principais capitais do mundo houve manifestações contra o golpe militar”. Idem.

¹²⁵ “Golpe não é tranquilo: Prats comanda a resistência”. Zero Hora, Porto Alegre, 14 set. 1973, p. 12.

¹²⁶ “Estudantes uruguaios repudiam o movimento que derrubou Allende”. Idem, p. 14.

¹²⁷ “Chile”. Zero Hora, Porto Alegre, 15 set. 1973, p. 2.

¹²⁸ “Operação limpeza contra a oposição”. Idem, p. 3.

¹²⁹ “Há 5200 presos no Chile”. Zero Hora, Porto Alegre, 18 set. 1973, capa.

Ao se traçar comparativos entre os dois órgãos, verifica-se que ZH procura veicular aos seus leitores as razões que levaram ao golpe, esclarecendo a respeito da delicada situação do Chile que, por tratar-se de um governo de esquerda acabou sendo vítima de forças reacionárias. Contudo, o Correio do Povo, apesar da quantidade maior de matérias, não chega a analisar de forma mais profunda a questão, limitando-se à reprodução das notícias recebidas das agências internacionais. Quanto ao emprego de assuntos normalmente não permitidos pelas “proibições determinadas” brasileiras, ambos continuam utilizando-os, deixando claro o caráter extremamente repressivo e violento dos golpistas chilenos.

3.4 A COBERTURA DO PÓS-GOLPE (19 A 30 DE SETEMBRO DE 1973)

Podemos caracterizar as edições do Correio do Povo a partir do dia 19 até o final de setembro como parte de um momento pós-golpe, tendo em vista as notícias mencionarem o fato de a Junta Militar já estar em fase de institucionalização, com pouca probabilidade de uma reviravolta na situação por parte dos partidários do governo deposto, como demonstra a manchete “Junta chilena esperava resistência maior”.¹³⁰ Os termos de conotação negativa e de presença constante nas ordens de proibições determinadas seguem aparecendo, como a referência à censura no corpo do texto de matéria sobre o papel dos Estados Unidos no golpe, “Ao mesmo tempo, soube-se que 11 poetas norte-americanos, artistas e professores pediram hoje a imediata suspensão da censura sobre as notícias no Chile”,¹³¹ ou no título “Uruguai aumenta censura à imprensa” em pequena nota de capa sobre fechamento de jornais de esquerda e de direita neste país.¹³²

Da mesma forma, é mencionado que “grande número de jornalistas estão desaparecidos”, onde, mais uma vez, se pode apontar semelhanças entre Brasil e Chile, em um assunto também proibido no âmbito nacional pela censura brasileira, como demonstra a seguinte proibição de 22 de outubro de 1973: “De ordem superior fica terminantemente proibida a divulgação de qualquer notícia referente a prisões de elementos subversivos, entre os quais estão incluídos repórteres e jornalistas”.¹³³ Ainda é realçado o já mencionado caráter antidemocrático dos dois governos quando o texto do periódico se refere à “uma declaração

¹³⁰ “Junta chilena esperava resistência maior”. Correio do Povo, Porto Alegre, 19 set. 1973, capa.

¹³¹ “Deputado quer inquérito sobre o papel dos EUA no golpe chileno”. Idem, p. 2.

¹³² “Uruguai aumenta censura à imprensa”. Correio do Povo, Porto Alegre, 20 set. 1973, capa.

¹³³ MARCONI, Paolo. A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978). São Paulo: Global, 1980, p. 266.

de repúdio ao golpe militar” pelos congressistas argentinos¹³⁴ e à “queda do governo constitucional de Allende”.¹³⁵

Chama a atenção que os membros da Junta Militar chilena pareciam não ter a mesma preocupação de seus congêneres brasileiros quanto à caracterização da tomada do poder em seu país como um golpe de estado, como demonstra a fala contida no seguinte texto: “O general Eduardo Cano, presidente do Banco Central do Chile, declarou que o governo do presidente Salvador Allende fora deposto por um golpe militar “a fim de desviá-lo do rápido curso que seguia para o caos econômico, político e social”.¹³⁶ Nota-se que o dirigente chileno não hesitou em afirmar que o governo do qual participa lançou mão de um golpe de estado para chegar ao poder.

A repercussão de notícias oriundas de outras partes do mundo permitiu ao Correio do Povo uma forte denúncia da situação chilena, como na menção de documento da ADN, agência oficial de notícias da Alemanha Oriental, onde se afirma que “está sendo conduzido um terror sangrento contra os trabalhadores e partidários do governo constitucional”.¹³⁷ Já uma nota do governo suíço “declara que em virtude da atuação diplomática do país, não pode imiscuir-se em assuntos internos do Chile mas “reconhece a irritação do povo suíço em virtude da deposição de um governo livremente eleito pelo povo”.¹³⁸ Por sua vez em “Secções”, são publicadas notícia do jornal mexicano *Excelsior* sobre a morte do poeta Pablo Neruda com o título “Morreu sem conhecer os últimos horrores”,¹³⁹ e nota com assinatura da AP sobre o acontecimento: “Não houve representantes do governo, embora a Junta Militar que derrubou Allende, num sangrento golpe há duas semanas, tenha divulgado declaração em homenagem à sua memória”.¹⁴⁰ Exceção a esta postura crítica nas matérias de outros periódicos é uma defesa do golpe e crítica do socialismo chileno e do governo Allende assinada pelo jornal inglês *The Economist*, intitulada “O fim de Allende”.¹⁴¹

¹³⁴ “Situação venezuelana dividida pelos acontecimentos chilenos”. Correio do Povo, Porto Alegre, 20 set. 1973, p. 2.

¹³⁵ “Argentina normaliza relações com Chile apesar de protestos”. Correio do Povo, Porto Alegre, 21 set. 1973, p. 2.

¹³⁶ “Chile pede ajuda ao FMI para evitar falência”. Correio do Povo, Porto Alegre, 28 set. 1973, capa.

¹³⁷ “URSS rompe suas relações com o Chile”. Correio do Povo, Porto Alegre, 22 set. 1973, capa.

¹³⁸ “Embaixada suíça em Santiago dá asilo a todos que desejarem”. Correio do Povo, Porto Alegre, 25 set. 1973, p. 2.

¹³⁹ “Morreu sem conhecer os últimos horrores”. Idem, p. 15.

¹⁴⁰ “Manifestações pró-Allende no sepultamento de Neruda”. Correio do Povo, Porto Alegre, 26 set. 1973, p. 15.

¹⁴¹ *The Economist*. “O fim de Allende”. Correio do Povo, Porto Alegre, 30 set. 1973, p. 49.

Dentro do mesmo contexto de críticas severas através do uso de interlocutores externos ao jornal encontram-se duras acusações ao regime chileno no seguinte texto: “A filha de Salvador Allende, Maria Isabel, partiu hoje do México para Helsinque qualificando o general Augusto Pinochet, presidente da Junta, de “o Judas das Américas”. Nele, Isabel afirma: “Denunciarei diante do mundo os homicídios e as violações dos direitos humanos que os fascistas golpistas cometeram”.¹⁴² Acusações que se repetem pela voz do presidente de Cuba, Fidel Castro, com o uso dos mesmos termos (golpistas e fascistas).¹⁴³

“Independência do Chile sem festas”.¹⁴⁴ A capa de Zero Hora do dia 19 de setembro, dá indícios ao leitor do nível de brutalidade visto no país em um momento em que a Junta Militar afirma já ter o controle da situação, descrita nas palavras de um diplomata holandês, como de uma “violência inimaginável”.¹⁴⁵ Violência, aliás, que dá a tônica das reportagens do periódico até o final do mês, com títulos como “Chile fuzila terroristas”,¹⁴⁶ “Chile sob lei marcial executa esquerdistas”,¹⁴⁷ “Guerrilheiros morrem ao tentar fugir”,¹⁴⁸ “Mais três chilenos fuzilados”¹⁴⁹ e “Ex-Governador foi fuzilado no Chile”.¹⁵⁰ Mais uma vez temas proibidos de publicação pelos censores brasileiros aparecem para se referir ao caso externo.

Para melhor entendimento, seguem proibições relacionadas à violência reunidas por Marconi para o ano de 1973:

Por solicitação Comando Militar área ou determinações esta Direção Geral, jornais podem ser proibidos publicar notícias referentes operações contra subversão exclusivamente. 8/2

De ordem superior, fica proibida divulgação pela imprensa qualquer referência morte subversivo e assuntos ligados ação terroristas e movimento subversão. 18/2

De ordem superior, fica proibido aos jornais diários, semanários, revistas, rádio e TV noticiar: morte, prisão, detenção ou quaisquer atividades elementos subversivos, em qualquer circunstância, a não ser quando houver autorização específica e direta do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal. A presente ordem tem o fim de evitar a quebra de sigilo ou exploração em propaganda sobre fatos desta natureza. 10/4

Está proibida a publicação de ocorrência de tiroteio na rua da Mooca (SP)

¹⁴² “Chile poderá iniciar negociações para indenizar empresas dos EUA”. Correio do Povo, Porto Alegre, 29 set. 1973, p. 2.

¹⁴³ “Castro repele acusações de intervenção cubana no Chile”. Correio do Povo, Porto Alegre, 30 set. 1973, p. 2.

¹⁴⁴ “Independência do Chile sem festas”. Zero Hora, Porto Alegre, 19 set. 1973, capa.

¹⁴⁵ “Diplomata holandês fala da violência”. Zero Hora, Porto Alegre, 21 set. 1973, p. 13.

¹⁴⁶ “Chile fuzila terroristas”. Zero Hora, Porto Alegre, 23 set. 1973, capa.

¹⁴⁷ “Chile sob lei marcial executa esquerdistas”. Idem, p. 12.

¹⁴⁸ “Guerrilheiros morrem ao tentar fugir”. Zero Hora, Porto Alegre, 25 set. 1973, p. 12.

¹⁴⁹ “Mais três chilenos fuzilados”. Zero Hora, Porto Alegre, 27 set. 1973, p. 12.

¹⁵⁰ “Ex-governador foi fuzilado no Chile”. Zero Hora, Porto Alegre, 28 set. 1973, p. 13.

com morte de três terroristas. 14/6

De ordem superior, reitero proibição de quaisquer notícias, comentários, referências, anúncios e outras matérias pagas ou não, sobre prisão ou morte de terroristas, cassados e bandidos. 13/11

De ordem superior, reitero proibição de qualquer notícia, comentário, referência, transcrição ou outro tipo de matéria, através da imprensa escrita, falada e televisada, relativa a atividades de subversivos e terroristas em qualquer parte do território nacional, bem como noticiário sobre prisão, morte ou detenção de militantes, suspeitos simpatizantes e ativistas de movimentos subversivos, sem a devida autorização específica do DPF. 30/11¹⁵¹

As edições de 22, 26 e 27 de setembro abordam assuntos a respeito dos quais se podem apontar semelhanças com o nosso país, muito embora este aspecto seja negado na fala de Augusto Pinochet reproduzida por Zero Hora, onde o ditador afirma que não se assemelhará a outros governos “como o do Brasil, por exemplo”, na fala de ZH, “pois este é um movimento nacional que se atem às leis chilenas (civis) e militares”. Esta matéria é fundamental para esta pesquisa, uma vez que é utilizada a expressão “**ditadura militar**” (grifo do original) no texto do próprio jornal, sem a utilização de algum interlocutor externo como já havia acontecido.¹⁵² Outros temas de interesse brasileiro publicados neste período foram a “Imprensa sob censura”,¹⁵³ notícia de plantão, embora com referência ao governo argentino, e o fechamento do Congresso e de partidos políticos no Chile em nome da “segurança nacional”.¹⁵⁴

A análise deste último período permite verificar uma característica já sinalizada também nos momentos anteriores, o uso de interlocutores externos ao texto do jornal para a utilização de severas críticas à nova ditadura chilena. Como visto, o Correio do Povo faz uso da ADN, agência de notícias da Alemanha Oriental, de nota do governo suíço, do jornal mexicano *Excelsior*, além de Isabel Allende e Fidel Castro, para mencionar a Junta Militar chilena como “fascista” e “golpista”, responsável por “terror sangrento” e por “horrores”, além de Pinochet como “o Judas das Américas”. Por sua vez, ZH fala em “violência inimaginável”, conforme um diplomata holandês.

O emprego de expressões e frases extremamente negativas a respeito do Chile (lembrando sempre as já referidas similaridades com o nosso país) através da citação desses interlocutores e personagens foi um dos fatores que permitiram a cobertura do golpe de estado

¹⁵¹ MARCONI, Paolo. *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global, 1980, p. 249-269.

¹⁵² “Pinochet põe partidos marxistas fora da lei”. Zero Hora, Porto Alegre, 22 set. p. 10.

¹⁵³ “Imprensa sob censura”. Zero Hora, Porto Alegre, 26 set. 1973, p. 2.

¹⁵⁴ “Chile fecha congressos e partidos”. Zero Hora, 27 set. 1973, p. 12.

chileno da forma mais verdadeira possível, pois possibilitou aos jornais arriscar-se menos a repreensões dos censores, uma vez que estavam apenas reproduzindo essas fontes e não necessariamente emitindo juízo próprio. Em outras palavras, sem esse recurso não seria minimamente viável descrever a onda de violência cometida por Pinochet e seus seguidores, pois permitiram empregar um tom mais humano ao conflito, ao invés da frieza dos números sobre as vítimas.

3.5 ESPAÇOS DE OPINIÃO E MATÉRIAS ASSINADAS

Esta pesquisa analisa em separados os editoriais, artigos e comentários presentes nos dois jornais por entender ser possível identificar nesses espaços algum posicionamento mais claro por parte de ambos.

3.5.1 “Serenidade Ante a Tragédia”: Editoriais e Artigos Assinados no Correio do Povo

No período analisado, encontra-se apenas um editorial relacionado à situação de nosso país vizinho. Em 15 de setembro o Correio do Povo se manifesta a favor do reconhecimento da Junta Militar pelo Brasil e torce para que “quando possível, se converta o novo governo em governo de direito”. O jornal porém, lamenta a forma como ocorreu a tomada do poder: “Certo é que infelizmente a perturbação da ordem, o levante, o golpe de Estado, ainda não se separaram dos costumes políticos da América Latina”.¹⁵⁵ Interessante é destacar que, como já visto, à época do golpe de estado militar brasileiro o Correio do Povo não teve a mesma preocupação, pois apoiou abertamente sua realização.

Outro espaço de opinião é apresentado na seção “Colaboradores”. Nele se encontram três artigos assinados por Gustavo Corção, “pensador católico e de matriz nitidamente conservadora” que, ironicamente, chegou a ter artigos censurados em sua colaboração para o jornal O Estado de São Paulo.¹⁵⁶ Corção demonstrou estar informado com os assuntos pertinentes ao Chile, pois já em 2 de setembro escreve comparando-o com o Brasil de João Goulart e apontando para a necessidade de intervenção do exército contra os “inimigos” infiltrados.¹⁵⁷ Após o golpe, Corção volta a tratar do assunto, afirmando no dia 20, que “o

¹⁵⁵ “Serenidade ante a tragédia”. Correio do Povo, Porto Alegre, 15 set. 1973, p. 4.

¹⁵⁶ AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: EDUSC, 1999, p. 87.

¹⁵⁷ Gustavo Corção. “Pelo Mundo”. Correio do Povo, Porto Alegre, 2 set. 1973, p. 4.

caso do Chile teve várias feições semelhantes ao nosso” e defendendo ambos os regimes.¹⁵⁸ Por último, consta seu artigo de 23 de setembro, onde pratica um elogio da atividade militar tendo em vista os acontecimentos do Chile.¹⁵⁹ Também em defesa do golpe chileno, se encontra no dia 18 a opinião de Dinah Silveira de Queiroz, porém com tom mais comedido que o de Gustavo Corção.¹⁶⁰ Cabe ressaltar que ambos são colaboradores assíduos do jornal, possuindo diversos artigos opinativos para o *Correio do Povo* durante o período estudado.

Quanto ao editorial do CP, verifica-se que o diário, apesar de lamentar o ocorrido, não põe em discussão o caráter antidemocrático que todo golpe de estado inerentemente possui, pois defende o reconhecimento imediato da Junta pelo governo brasileiro. Registra, contudo, uma crítica, quando se manifesta a respeito dos constantes golpes em nosso continente, tendo o cuidado de não mencionar nenhum país em especial, o que sustenta a já manifestada afirmação da necessidade de preservar uma relação não beligerante com o governo federal, tendo em vista possíveis perdas de receita ou até uma rigidez maior por parte dos censores. Já com relação aos colaboradores, é evidente seu caráter conservador ao defender sem ressalvas o golpe chileno em nome do anticomunismo. Porém, não deixam transparecer nenhuma interferência por parte da editoria do *Correio do Povo*, manifestando apenas as suas opiniões.

3.5.2 “Junta Militar Manobra no Topo de uma Montanha Explosiva”: Comentários na Zero Hora

Como já referido, Zero Hora não dedica nenhum editorial à questão chilena nas edições analisadas. Possui, porém, dois espaços para matérias assinadas onde ela aparece, a análise de Olyr Zavaschi, editor de assuntos internacionais do jornal, e o espaço denominado “Especial”, com artigos sobre temas relacionados ao exterior de autoria do analista internacional Newton Carlos, ambos com participação permanente na seção “Mundo” do diário.

Para o mês de setembro de 1973 encontram-se quatro comentários assinados por Olyr Zavaschi com relação ao Chile. No primeiro, do dia 9, portanto anterior ao golpe, o editor fala com muita propriedade sobre a situação chilena, “um governo marxista sul-americano”, mencionando a participação do serviço secreto dos EUA e das “estruturas capitalistas” contra

¹⁵⁸ Gustavo Corção. “Será preciso mais?”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 set. 1973, p. 2.

¹⁵⁹ Gustavo Corção. “As virtudes militares”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 set. 1973, p. 2.

¹⁶⁰ Dinah Silveira de Queiroz. “O Chile depois de Allende”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 set. 1973, p. 4.

o governo de Salvador Allende e discutindo a respeito da possibilidade de se chegar ao socialismo por vias pacíficas (como objetivava o governo deposto).¹⁶¹

Os comentários seguintes encontram-se em “Mundo” na nova seção “Chile” e foram realizados nos primeiros dias após o golpe pelo agora mencionado “enviado especial da RBS”. No dia 13, Zavaschi fala sobre pichações em Santiago com a palavra “Jacarta”, capital da Indonésia, onde ocorreu o massacre de partidários da esquerda após o golpe militar do país, das dúvidas sobre os caminhos que os militares irão adotar no Chile e discute ainda o “modelo brasileiro” de governo e o fim da “utopia no Chile”.¹⁶² Já no dia seguinte, no artigo “Quatro mil mortos”, Zavaschi realiza uma análise geopolítica do conflito e discorre sobre o suposto envolvimento da CIA (órgão de inteligência dos EUA) na tomada de poder.¹⁶³

O último comentário, encontrado no dia 15, com o título “Junta Militar manobra no topo de uma montanha explosiva”, possui um tom mais crítico e agressivo a respeito do “que provavelmente ficará na história como o mais sangrento, determinado e inflexível golpe de estado da América”, analisando ainda o que chama de “mentalidade nazista na ultra-direita” chilena.¹⁶⁴

Por sua vez, o jornalista Newton Carlos, discute a situação chilena por oito ocasiões, porém, aborda assuntos pertinentes a este trabalho somente nas edições dos dias 12 e 13, sendo que as demais tratam de temas ligados à economia ou geopolítica de uma forma mais ampla. Na primeira, discute sobre a posição das Forças Armadas, empregando o termo “golpe” para referir-se a queda de Allende.¹⁶⁵ Na segunda, afirma, a respeito do “fim da via chilena para o socialismo”, que esta opção é inviável sem o consentimento da oposição política.¹⁶⁶

A participação de Olyr Zavaschi enriqueceu a cobertura de ZH. O editor demonstrou a preocupação em contextualizar o acontecimento, denunciar os excessos dos golpistas e apontar possíveis desfechos para a situação do país. Talvez o fato de tratar-se do editor de

¹⁶¹ Olyr Zavaschi. “Chile, empate intranquilo”. Zero Hora, Porto Alegre, 9 set. 1973, p. 14.

¹⁶² Olyr Zavaschi. “Comentário de Olyr Zavaschi, enviado especial da RBS”. Zero Hora, Porto Alegre, 13 set. 1973, p. 12.

¹⁶³ Olyr Zavaschi. “Quatro mil mortos”. Zero Hora, Porto Alegre, 14 set. 1973, p. 12.

¹⁶⁴ Olyr Zavaschi. “Junta Militar manobra no topo de uma montanha explosiva”. Zero Hora, Porto Alegre, 15 set. 1973, p. 3.

¹⁶⁵ Newton Carlos. “O fim da neutralidade”. Zero Hora, Porto Alegre, 12 set. 1973, p. 16.

¹⁶⁶ Newton Carlos. “Algo inviável”. Zero Hora, 13 set. 1973, p. 13.

assuntos internacionais do jornal, tenha lhe permitido desempenhar uma postura mais investigativa e independente, o que pode explicar suas denúncias da brutalidade da repressão e da “mentalidade nazista” na direita chilena. Por outro lado, se pode inferir que, por tratar-se de jornalista experiente e de atuação em âmbito nacional, Newton Carlos tenha tomado um cuidado maior ao escolher as palavras e assuntos adequados para discorrer a respeito do Chile. Esta conduta evitaria uma exposição demasiada a repreensões por parte dos censores brasileiros, o que lhe traria imensos prejuízos, uma vez que escrevia para diversos jornais

.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os militares haviam chegado ao poder no Brasil em 1964, com um golpe de estado contra o presidente João Goulart, que, embora tenha assumido a presidência devido à renúncia de seu antecessor, tratava-se de um governo legítimo e constitucionalmente empossado. Antes mesmo de sua institucionalização, no seio do poder militar ocorreu uma forte disputa entre os setores dos moderados, vinculados ao general Castelo Branco, e dos radicais, identificados com Costa e Silva e chamados de linha dura. Esta contenda persistiu até a volta ao sistema democrático. Pode-se identificar até o momento abordado neste trabalho uma vitória parcial da linha dura, cujo ápice foi a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), instrumento que permitiu um endurecimento maior da ditadura.

Em 1973 o regime militar do Brasil encontrava-se num período extremamente repressivo. Sob a presidência do general Emílio Garrastazu Médici, o país assistia momentos de dura perseguição política contra os opositores (caracterizados como subversivos). Esta face foi relativizada por uma ampla utilização da propaganda por parte do governo, aproveitando-se das aparentes benesses proporcionadas pelo “milagre econômico” na economia nacional.

Por sua vez, o Chile foi palco de uma interessante experiência conhecida por “via chilena para o socialismo” depois da vitória de Salvador Allende nas eleições presidenciais em 1970. À frente da coalizão política Unidade Popular, formada por diversos partidos de esquerda, Allende buscou implementar um programa de reformas sociais e nacionalização das riquezas minerais do país, o que desagradou de imediato as camadas privilegiadas da sociedade chilena e os interesses de multinacionais estadunidenses.

Após constantes crises, em 11 de setembro de 1973 um brutal golpe de estado pôe fim ao governo da Unidade Popular e instaura uma ferrenha ditadura militar, sendo que na ocasião

morre Salvador Allende. Liderada pelo general Augusto Pinochet, a Junta Militar persegue e executa milhares de partidários de Allende, fecha todos os partidos políticos e põe em vigor a censura aos órgãos de comunicação.

Apesar da extrema onda de violência no país vizinho, o governo brasileiro reconhece a Junta chilena poucos dias após o golpe. Ao longo da pesquisa foram apontadas diversas características comuns aos governos dos dois países, como sua ilegitimidade, seu caráter antidemocrático e repressivo, além das constantes violações aos direitos humanos pelas práticas da tortura, de assassinatos e de seqüestros. Cabe ressaltar ainda a censura presente nos planos de ambas as ditaduras.

Quanto à censura à grande imprensa no Brasil, objeto do presente estudo, foi distinguido duas diferentes formas para sua operacionalização. A censura prévia foi realizada em órgãos que assumiam postura de resistência contra as restrições na liberdade de imprensa e de crítica ao regime, onde era necessário o exame por parte de censores do material antes de ser veiculado. Já as “proibições determinadas” eram executadas através de ordens passadas por telefone ou “bilhetinhos” às redações jornalísticas, normalmente sem especificar a autoria, contendo assuntos e notícias que não poderiam ser publicadas. Verificou-se ainda a divergência na bibliografia consultada a respeito da prática conhecida por “autocensura”, ou seja, de uma censura realizada no interior das redações pelos próprios jornalistas e pela direção dos órgãos de comunicação como forma de evitar punições governamentais.

Como visto, o jornal Correio do Povo contava à época com longa trajetória na imprensa gaúcha, gozando de boa situação financeira e tiragem no início da década de 1970. Já a Zero Hora, embora mais recente, já estava consolidada no mercado editorial do estado, sendo responsável por inovações técnicas e editoriais que lhe permitiram se tornar o principal jornal do Rio Grande do Sul, no início da década de 1980. Tendo sido discutido o histórico e o contexto dos dois diários no recorte temporal desta pesquisa, foram identificadas as características de cunho jornalístico, como o destaque destinado para a cobertura internacional, principalmente no Correio do Povo, e a dependência de informações recebidas de agências de notícias estrangeiras.

A análise da cobertura do golpe militar do Chile em 1973 pelos jornais Correio do Povo e Zero Hora, principais representantes da grande imprensa no Rio Grande do Sul na

época, permitiu avaliar a censura na ditadura militar brasileira por uma diferente abordagem. Ao se trabalhar com as “proibições determinadas”, ordens a respeito de notícias e assuntos com publicação não permitida, foi possível identificar que muitos desses temas foram sistematicamente utilizados pelos dois periódicos nas matérias jornalísticas a respeito do acontecimento chileno. Verificou-se, por exemplo, referências à censura, a execuções, sequestros e violações dos direitos humanos. Da mesma forma, os jornais empregaram por diversas ocasiões termos como, golpe (de estado ou militar), ditadura, censura, entre outros de significado semelhante.

Embora essas menções tenham por algumas vezes ocorrido no corpo do texto jornalístico de forma direta, esta pesquisa identificou uma prática utilizada para a realização de denúncias mais severas. Mediante a reprodução de trechos de entrevistas, notas ou matérias produzidas por outros veículos, a extrema violência no Chile foi retratada de maneira mais clara e a Junta Militar chamada diversas vezes de golpista e até de fascista. Com base nas ordens de proibições da censura trabalhadas do mesmo ano do golpe chileno, fica evidente que qualquer referência desta natureza à ditadura brasileira por parte dos órgãos de imprensa seria duramente reprimida, apesar das visíveis semelhanças entre os dois governos.

Tendo em vista os fatos analisados, é plausível acreditar que devido a este recurso, ou seja, do emprego de termos e expressões negativas e do uso de interlocutores externos à redação dos jornais para a cobertura do golpe chileno, tanto o Correio do Povo quanto a Zero Hora puderam manifestar algumas críticas a respeito da natureza repressiva do regime militar brasileiro e da restrição à liberdade de imprensa, sem se expor a possíveis punições. Como visto com relação à autocensura, evitar entrar na mira dos censores foi um comportamento adotado por diversos periódicos no país, visando suas sobrevivências. Conclui-se então, que a utilização deste “espelho” chileno por parte dos dois diários foi um mecanismo para burlar a censura, denunciando a situação brasileira através do país vizinho, numa espécie de “risco calculado” pela direção das empresas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Flávio. **Censura e cultura em Movimento**. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). *Minorias silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2002.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1991.

BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1991.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares**. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*, vol. 4. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDAS, Breno; MACHADO, José Antonio Pinheiro. **Meio século de Correio do Povo: glória e agonia de um grande jornal**. Porto Alegre: L & PM Editores, 1987.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia: O Estado de São Paulo**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CAPARELLI, Sérgio. **Ditaduras e indústrias culturais, no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai (1964-1984)**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1989.

CAPARELLI, Sérgio. **Zanzibar de novas tecnologias: imprensa regional e Zero Hora**. In: *Temas Contemporâneos em Comunicação*. São Paulo: Edicon/Intercon, 1997.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 1994.

DEL PRIORE, Mary ; VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

ELMIR, Cláudio Pereira. **As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica**. In: Cadernos de Estudos do PPG em História (UFRGS). Porto Alegre: v. 13, 1995.

FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano, vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GALVANI, Walter. **Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

GRUPO RBS - Rede Brasil Sul de Comunicação. **Comunicação é a nossa vida: 1957-2007**. Porto Alegre: Grupo RBS, 2007.

GRUPO RBS – Rede Brasil Sul de Comunicações. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.gruporbs.com.br/quem_somos/index.php?pagina=grupoRBS>. Acesso em: 28 out. 2010.

GUARESCHI, Pedrinho; RAMOS, Roberto. **A máquina capitalista**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **A Revolução Chilena e a ditadura militar**. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (org.). Ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. **A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar**. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). Minorias silenciadas: História da Censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2002.

MARCONI, Paolo. **A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder**. São Paulo: Hucitec, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Vozes silenciadas em tempo de ditadura: Brasil: anos de 1960**. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). Minorias silenciadas: História da Censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, 2002.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

SADER, Emir. **Chile (1818-1990): Da independência à redemocratização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SADER, Emir. **Democracia e ditadura no Chile**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Eduardo Gomes. **A “grande imprensa e o golpe de 1964**. Revista do Livro da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, ano 16, n. 50, maio 2008.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

VERDUGO, Patrícia. **Chile, 1973: Como os EUA derrubaram Allende**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

VIEIRA, Evaldo. **Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

WASSERMAN, Claudia. **O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil**. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (org.). Ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.